

ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 51 - Série VII - N.º 436
11 de Maio de 1982

Preço: 20\$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português

Dir./Red. - R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390

Composição e impressão - Heska Portuguesa

Distribuição - CDL, R. Pedro Nunes, - 1000 Lisboa



Portugal de Abril,
Portugal da liberdade,
Portugal democrático
voltado para um
futuro de progresso social,
Portugal respeitador das
opiniões e das crenças,
Portugal tolerante,
Portugal de paz,
Portugal dos
trabalhadores e de todas as
classes e camadas laboriosas,
está firmemente determinado a
lutar contra aqueles que
querem destruí-lo, a lutar até
atirar para a rua o Governo
«AD» e a alcançar uma solução
democrática para todos os
problemas nacionais.

Neste número: a Greve Geral e seus antecedentes



A violência

(Pág. 3/4/5)



Os funerais

(Págs. centrais)



O 1.º de Maio

(Pág. 10)



A situação política

(Págs. 8/9)

Editorial

GREVE GERAL — RESPOSTA FIRME DO POVO TRABALHADOR

Hoje, dia de Greve Geral, — segunda em três meses, que tem como objectivos centrais protestar contra a repressão fascista do Governo «AD»/Balsemão/Freitas, exigir a sua demissão imediata, reclamar a satisfação de reivindicações profundamente sentidas do povo trabalhador — a classe operária portuguesa irá de novo pôr à prova a sua maturidade política, a sua capacidade de organização e vocação unitária, o elevado democratismo existente no movimento operário português.

Esta segunda Greve Geral sob a vigência, desde há muito ferida de ilegitimidade, de um Governo completamente divorciado do povo e do País real é da inteira responsabilidade da coligação governante e dos seus lacaios agindo no terreno sindical — os dirigentes da central divisionista UGT.

Decidiu há uma semana pelo plenário da CGTP-IN no Porto em que participaram 140 sindicatos (dos quais 28 não filiados), recolhendo depois a adesão de 257 organizações sindicais, esta Greve constitui uma poderosa afirmação da vontade democrática dos trabalhadores e do seu movimento sindical unitário.

A Greve Geral de hoje representa uma resposta firme e uma intransigente recusa dos trabalhadores à política fascizante que deixou um rasto de sangue nos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto e uma marca indelével de reacção extrema do Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral.

A importância da Greve de hoje em relação a de 12 de Fevereiro não pode ser fundamentalmente medida em termos numéricos, pese a vasta adesão que se lhe prevê no plano nacional.

É no terreno político e no contexto de uma aguda luta em defesa do regime democrático ameaçado que o seu valor se deve aqilatar.

Sob este ângulo, a Greve Geral hoje desencadeada exprime uma decisão política de extraordinária importância destinada a repercutir decisivamente na situação portuguesa e no processo de uma exigente viragem democrática na política nacional.

O comportamento do Governo «AD»/Balsemão/Freitas nos períodos anterior e imediatamente posterior aos acontecimentos do 1.º de Maio do Porto é revelador do alto grau de perversão da direita governante.

O Governo não se limita apenas a lavar as mãos como Pilatos duma sangrenta provocação em que a sua responsabilidade directa aparece com nitidez.

Val mais longe: procura culpabilizar os trabalhadores do Porto e a grande central sindical unitária organizadora das comemorações nacionais do 1.º de Maio — a CGTP-Intersindical — e ao mesmo tempo envolver nas malhas da provocação o Partido que mais tem sabido respeitar a legalidade democrática no Portugal de Abril — o Partido Comunista Português.

Toda a máquina de propaganda enfeudada à «AD» e aos interesses do grande patronato e do imperialismo se esforça por ilibar o Governo, o «ministro do Interior» Ângelo Correia, o Governador Civil do Porto, a Polícia de Intervenção.

Um pasquim fascista escrevia mesmo: «o PCP até queria mesmo que a Polícia de Intervenção em lugar de ser acusada da morte de dois cidadãos tivesse sobre a imagem o sangue de centenas de portugueses — e isso constituiria uma vitória redundante para os homens de Cunhal».

Torres Couto, o homem de palha do patronato e da reacção no movimento sindical, que está sem dúvida alguma metido na urdidura da provocação do Porto até às orelhas, réu armado em acusador, dizia que «a responsabilidade directa é da CGTP e indirecta da polícia. Quem disparou? Agitadores civis? O PR terá de falar sobre o atentado à legalidade democrática da CGTP-IN».

E entretanto, perguntas escaldantes estão por responder:

— Quem enviou para o Porto e com que fundamentos a Polícia de Intervenção de Lisboa?

— Quem a certa altura desligou esta polícia do comando geral da PSP do Porto e passou a comandá-la directamente?

— O que é o «plano Alfa» que às 23 e 40, quando a concentração popular já estava em abalada, determinou aquela verdadeira operação de guerra da Polícia de intervenção contra a população indefesa?

— Quem lhes deu ordem para atirarem à altura da cabeça?

— Quem eram os agentes à paisana infiltrados na massa dos manifestantes que, com a energética repressão destes, atiravam paralelepípedos contra as forças policiais?

O Governo «AD»/Balsemão/Freitas com o seu habitual tartufismo ordenou «um rigoroso inquérito aos acontecimentos» e desde logo moveu um processo a cada um dos dirigentes da CGTP-IN.

O Governo carece em absoluto de autoridade, é mais que suspeito para garantir a isenção de um tal inquérito.

Como no conhecido truque do ladrão fugitivo que vai gritando «agarra que é ladrão!», o Governo da Aliança reacçãoária procura confundir os factos, empanar o discernimento dos portugueses, passar de acusado a acusador.

Dizem os governantes que deles não partiu a ordem de disparar; o ministro Ângelo Correia, que já na Greve Geral de 12 de Fevereiro desarrincou da sua imaginação doentia um tenebroso «plano insurreccional» — a célebre «insurreição dos fósforos e dos pregos» — diz que as suas ordens eram de pôr apenas em caso de «legítima defesa»; o Governador Civil do Porto, cuja acção na trama provocatória

com a UGT ficou claramente demonstrada, disse que só soube do acontecido às 3 da manhã quando dormia o sono dos pacíficos...

A hipocrisia e o cinismo dos governantes provocou a indignação de todos os democratas e patriotas e mesmo de pessoas da sua área política, mas não foram o único foco de diversão em relação aos acontecimentos do 1.º de Maio na capital nortenha.

Os fantoches dirigentes da UGT colaboraram activamente, desde as origens, na montagem da sangrenta provocação do Porto.

A irrisória «aglomeração» de cerca de 200 figurantes na cena ugetista montada na baixa do Porto confirmou de maneira palmar aos olhos dos portugueses a nenhuma influência da UGT sobre os trabalhadores do Porto, o seu isolamento das massas populares, o seu papel divisionista e provocador.

O Governador Civil do Porto autorizando a utilização da baixa pela UGT, meses depois da comunicação dos propósitos da CGTP de a utilizar como de habitual, mostrou a sua parte de substancial responsabilidade no jogo.

Lamentavelmente, num tom que não difere muito do vesgo anticomunismo da Imprensa da direita, o órgão oficioso do dr. Mário Soares — o «Portugal Hoje» — faz coro com os corifeus da «AD» contra a CGTP-IN e contra o PCP.

Muitos socialistas, mesmo destacados dirigentes e deputados do PS, tomaram abertamente posição contra as brutalidades da Polícia de Intervenção e a grosseira provocação da «AD» contra os trabalhadores do Porto. A intervenção dos deputados socialistas na AR é uma inequívoca posição contra as violências e provocações da «AD».

Mas o editorialista do «PH» enfia por outro caminho. Insinuando a responsabilidade da CGTP, vomitando sórdidos Insultos contra os comunistas portugueses. Ao mesmo tempo, fazendo mansos reparos à Polícia de Intervenção, o «PH» deixa, de facto, na sombra as gritantes responsabilidades do próprio Governo «AD»/Balsemão/Freitas nos acontecimentos do Porto.

Em que águas navega o «PH»?

Onde toda esta suja campanha antioperária e anticomunista assumiu foros de enormidade é na relação da Greve Geral com a visita do Papa João Paulo II a Portugal, onde amanhã deve chegar.

Os panegiristas, advogados e amiguinhos encobertos da «AD» procuraram atribuir à CGTP-IN e aos comunistas o propósito de perturbar a visita do Papa ao nosso país.

Quer dizer, o Governo «AD», o seu «ministro do Interior», a sua Polícia de Intervenção congemina e dão execução prática à sangrenta provocação do Porto, criam eles próprios, de facto, um clima de tensões e de violência no momento em que o chefe da Igreja Católica vem em peregrinação a Portugal.

E depois, como autênticos fariseus, acusam as vítimas e as forças que realmente trabalham e lutam para que se restabeleça no País a normalidade e a legalidade democráticas de terem feito aquilo que eles próprios fizeram.

A Comissão Política do PCP já se pronunciou sobre a visita do Papa, já formulou os seus desejos de que a estadia em Portugal do Pontífice seja rodeada do respeito e das atenções que ao nosso Povo deve merecer o representante máximo de uma crença religiosa perilhada por uma parte considerável da população portuguesa e ao chefe de um Estado — o Vaticano — com o qual Portugal mantém relações diplomáticas.

No mesmo sentido é forçoso interpretar a audiência do Cardeal Patriarca de Lisboa aos dirigentes da CGTP, que lhe foram garantir o interesse dos trabalhadores nela filiados em não perturbar, antes facilitar, a visita do Papa a Portugal.

A Greve Geral de hoje nada tem a ver com a visita de João Paulo II, foi desencadeada no momento em que não era cedo nem tarde como resposta e protesto dos trabalhadores contra a política repressiva e violenta e a sangrenta provocação do Governo «AD»/Balsemão/Freitas.

O feitiço vira-se contra o feitiço.

Não são os trabalhadores, o seu movimento sindical unitário, o seu Partido de classe mas sim os que se arvoram portadores da fé religiosa no Governo quem tem a responsabilidade dos graves acontecimentos que ensombraram a visita do Papa a Portugal.

A Greve Geral hoje desencadeada exprime a crescente repulsa do Povo português por um Governo que leva à prática uma política de desastre nacional, de subversão das instituições e da legalidade democrática, de confrontação social — por um Governo que cavou e constantemente alarga o abismo que o separa do Povo português e do País.

Milhões de portugueses das mais diversas formações políticas e condições sociais se interrogam: Por que não é demitido este Governo, por que não se afasta a «AD» da área do Poder, por que não se faz funcionar os mecanismos institucionais que podem restabelecer a legalidade democrática e a verdade política nos órgãos de Poder?

Demitir o Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral, dissolver a Assembleia da República, formar um Governo de Gestão idóneo, convocar novas eleições legislativas nos prazos constitucionais — eis medidas para que sobejam argumentação política e considerações de força.

A Greve Geral de hoje é um necessário e expressivo impulso para que esta exigência que sobe do mais profundo da Nação portuguesa se torne uma realidade.

— A «AD» para a rua!

Testemunhas de acusação

O 1.º Maio no Porto não se passou entre quatro paredes. Se no segredo dos gabinetes o Governo e o seu ministro do interior, a UGT e a Polícia de Intervenção cozinharam um plano de acção para que a festa dos trabalhadores redundasse em tragédia e mortes, os manifestantes desceram à rua de cara descoberta para festejar uma data que tem um significado profundo para os trabalhadores de todo o mundo e, em Portugal, um significado muito particular. Quando os trabalhadores portugueses, homens ou mulheres, velhos ou jovens, saem à rua depois de Abril, com os filhos pela mão, a participar numa jornada de luta, fazem-no em festa, abertamente, e mostram, ao mesmo tempo, a sua confiança na democracia. Foi pois à vista de toda a gente que o 1.º de Maio aconteceu. Toda a gente estava lá. E viu.

Os factos são os factos. Podem ser interpretados e um relato dos factos, por muito objectivo, traz sempre consigo, dentro de si, uma opinião, um modo de olhar. Mas a opinião e o modo de olhar não podem desfazer os factos. A não ser que se minta.

Que se passou no Porto? Muitos milhares de trabalhadores desceram à rua na véspera do 1.º de Maio. Levavam com eles bandeiras e faixas. E muitos traziam os filhos pela mão. Quem os aguardava? Um reduzido grupo de pessoas cercadas de grades e de polícia, preparava o espectáculo da UGT. A Polícia de Intervenção avança, espanca e mata.

Enquanto o Governo e as forças de direita responsabilizam a Intersindical pelo desfecho sangrento das comemorações do Porto — onde, no dia seguinte, sem Polícia de Intervenção, foi possível manifestarem-

-se milhares de trabalhadores aderentes da maior Central sindical portuguesa, ao lado do repugnante espectáculo organizado pelos divisionistas, sem que tivesse havido quaisquer incidentes — na véspera, uma carga brutal originou muitas dezenas de feridos e dois mortos.

O Governo manda instaurar um inquérito. Mas «condena» previamente os trabalhadores. Para que a manobra surta efeito, não desdenha lamentar cinicamente as mortes ocorridas, como o fez o próprio Ângelo Correia. As forças de direita e os órgãos de comunicação social ao seu serviço tentam manipular a realidade. Não se atrevem a mentir frontalmente. Mas avançam algumas mentiras dissimuladas. Assim, justificam a carga policial atirando as culpas para cima dos sindicalistas. Gritam que há 37 polícias feridos (quando ninguém ainda os encontrou). Fazem por esquecer os assassinos. E acabam por achar legítimo que se dispare a matar.

Não puderam, todavia, mentir completamente. Demasiada gente viu os factos. Comparando os relatos de diferentes jornais, é espantosa a coincidência dos testemunhos dos repórteres. E os relatos apontam para uma conclusão: a Polícia de Intervenção, que depende do ministro Ângelo Correia, que tem a solidariedade do Governo 'AD'/Balsemão, feriu e matou trabalhadores no Porto, actuando com o consentimento, pelo menos, do Governo Civil desta cidade. P.I., MAI, Governo e respectivo delegado do distrito do Porto, estão pois no banco dos réus da opinião pública. Milhares de trabalhadores viram. São, pois, testemunhas de acusação.

A 'AD' deve ir para a rua

Uma questão que a maioria dos portugueses se coloca, após as notícias trágicas do 1.º de Maio no Porto, é: vai o Governo sobreviver à repressão sangrenta que desencadeou? É uma pergunta que traz em si mesma a exigência da demissão do executivo de Balsemão, a exigência de que a «AD» não continue à frente de qualquer dos órgãos de soberania. Essa exigência, que vem muito de trás e que tem tido a ver com a política global da coligação governamental com o seu cortejo de desgraça e de empobrecimento do País, de entrega aos monopolistas e aos agrários dos privilégios que detinham antes do 25 de Abril, de repressão sobre os trabalhadores e de submissão ao imperialismo, essa exigência tem vindo a ganhar cada vez mais adeptos.

Para alguns, a tentação foi grande em responsabilizar a Intersindical. Outros parece quererem ver nos policiais — verdadeiros homens de mão com ordem para matar — os únicos responsáveis. Mas hoje ninguém deixa de condenar a acção policial no Porto. Entre a gente da «AD», onde as contradições não cessam de crescer, mesmo no interior de cada partido que compõe a coligação da direita, a desorientação é grande. Há os que se calam e os que balbuciam. E os que falam.

É sintomático que, após as declarações da semana passada na Assembleia, do dirigente do grupo parlamentar do PSD, Sousa Tavares, que sugeriu a «substituição dos comandos necessários», o semanário «Expresso», de que Balsemão é proprietário e foi director, tenha «apurado»,

«junto de uma fonte governamental», que «o Ministério da Administração Interna tencionava afastar o governador civil do Porto, o coronel Rocha Pinto, e o comandante do Corpo de Intervenção da PSP, tenente-coronel António Coimbra».

O semanário admite, por outro lado, que a posição de Ângelo Correia «pode também estar em causa». Na sua edição do passado sábado, o «Expresso», para além de abundantes relatos da acção criminosa da Polícia de Intervenção, através dos quais poucas dúvidas subsistem de que aquele corpo especial da PSP disparou a matar mesmo sobre pessoas que nada tinham a ver com os manifestantes, reproduz coisas preocupantes para a «AD».

Desde a notícia de que a Câmara Municipal do Porto (cujo presidente pertence à coligação no Poder) aprovou uma moção apresentada por um vereador do PSD, no qual se afirma que «a força da democracia não está no fogo das armas», e se condena a acção da polícia, até à notícia de que a Comissão Permanente do PS pede «a imediata demissão do ministro Ângelo Correia, bem como a

substituição do comando do corpo de intervenção».

Por entre ataques — ridículos se não fossem caluniosos — à central sindical dos trabalhadores portugueses e ao Partido Comunista Português, o «Expresso» não deixa de admitir nas reportagens, nos comentários e mesmo no editorial, que o que se passou no Porto não pode voltar a passar-se. E que os autores morais devem ser afastados dos lugares que ocupam. Diz o editorialista: «Pensamos ser de justiça pedir a reintegração imediata de Almeida Bruno, comandante-geral da PSP, no exército de onde veio. O mesmo se diga do tenente-coronel Coimbra».

«Também», afirma-se mais adiante, «o ministro da Administração Interna, Ângelo Correia, deverá ser substituído».

A posição dos comunistas vai mais longe. E interpreta melhor o sentir da maioria dos portugueses. Não são apenas estes os responsáveis. O Governo Balsemão deve ir para a rua. A «AD» deve ser afastada da área do Poder. Porque a sua filosofia do Poder baseia-se na repressão. O que aconteceu no Porto é, apenas, mais uma prova. Trágica.

Álvaro Cunhal no Algarve e Baleizão

O camarada Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do PCP, participará no dia 14, sexta-feira, num comício em Portimão, na Praça Teixeira Gomes, às 21 h.

No dia seguinte, sábado, Álvaro Cunhal estará às 17 h numa sessão de esclarecimento no cinema de Olhão e, às 21, no Lusitano Futebol Clube de Vila Real de St.º António.

Domingo, o Secretário-Geral do PCP participará em Baleizão nas tradicionais cerimónias evocativas da memória de Catarina Eufémia.



Esteiros
Soeiro Pereira Gomes

Um livro que foi a alvorada despertadora do horizonte literário nos anos 40

(edição ilustrada)

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L., Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L., Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 653908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrúlia — 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcão de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICAÇÃO CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Hesta Portuguesa — R. Elias Garça, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205 82

Tiragem média do mês de Abril: 54812

Documentos Políticos
do Partido Comunista Português

DISCURSOS POLÍTICOS DE
ÁLVARO CUNHAL

AVANÇO E DERROTA DO PLANO SUBVERSIVO "AD" 1980

1.º E 2.º VOLUMES

edições
Avante!

A
VENDA

A violência



As imagens falam por si: violência desmedida, completamente desnecessária, exercida indiscriminadamente sem critério nem objectivo.

Os graves acontecimentos do Porto reconstituídos hora a hora

Vinte horas. Começam a chegar à Praça Humberto Delgado os primeiros manifestantes. Trazem bandeiras vermelhas da Intersindical — escreve em «o ponto» o jornalista Eurico Tiago, relatando o decorrer dos acontecimentos. Tal como muitos outros profissionais da imprensa em serviço no Porto, na véspera do 1.º de Maio, optou por registar a cronologia dos factos. Antes, descrevera o zelo policial em desertificar a Praça, afastando os vendedores ambulantes, e as provocações dirigidas a populares pela arrogância de um graduado da PSP. Por volta das 20,30 — escreve agora Luís Humberto Marcos, no «Diário de Lisboa» — já a Polícia havia dissuadido elementos da CGTP da intenção de montarem um palco no cimo da Avenida dos Aliados. Havia já um escadote junto do poste,

um fio viria do Sindicato dos Tapeteiros, sito na Rua Ramalho Ortigão. A acção fora pacífica. À mesma hora, o repórter de «o ponto» assinala que várias carrinhas da PSP com polícia de choque estacionam no Parque da Câmara. Em frente do Palácio dos Correios instala-se o Comando do dispositivo. Entretanto — diz o «DL» —, oito carrinhas com 30 polícias cada, pertencentes ao grupo de intervenção de Lisboa, aguardavam ao lado da Câmara. Todos bem armados.

A provocação

Tudo começou pelas 22 horas de sexta-feira — escreve o pasquim fascista «O Dia» — quando um grupo de activistas da Inter tentou invadir o recinto da Praça Humberto Delgado, com o intuito de assaltar o palco onde a

UGT pretendia realizar um espectáculo. Daí até pouco depois das 24 horas, forças da PSP viram-se obrigadas a agir durante seis vezes, dado que os agitadores retiravam mas voltavam à carga de imediato. Fluxos constantes sucederam-se e a cada carga da PSP respondiam os intersindicalistas com fugas desordenadas, seguidas de regresso ao mesmo local. Mas ouçamos agora um relato mais circunstanciado. Quem assaltou o quê? Diz o «DL»: A actuação dos vários grupos no palco da UGT

decorreria sob os assobios e palavras de ordem, amidiu com gestos menos correctos, de um grupo de jovens que era mantido à distância pela Polícia. De vez em quando a Polícia puxava dos cassetetes e as fugas sucediam-se. E «o ponto»: Vinte e uma horas e quinze minutos. Mais duas carrinhas da polícia de choque aparecem. Do interior saem vários guardas que se colocam frente aos Fenianos. Estava o cerco armado. Mas os manifestantes nem deram por isso. Estão mais preocupados com a música que sai dos altifalantes. (...) Entretanto formou-se um compacto grupo de manifestantes no ângulo do Palácio dos Correios. Mais dois, sensivelmente iguais, do lado que liga à Rua do Almada e no

Passeio da Rua Formosa com a Praça. Sempre que a música parava, era um agitar de centenas de bandeiras e a palavra de ordem: «CGTP/Unidade sindical!» (...) Haverá um milhar de pessoas. Ninguém com autocolantes da UGT. E agora o prato forte da provocação, o estranho caso do «ataque ao palco da UGT» de que fala o pasquim «O Dia». Continuamos a citar «o ponto»: Vinte e uma horas e vinte minutos. Chega junto do gradeamento onde estou encostado um grupo de oito pessoas. Dois adultos vestidos com casaco de cabedal, e seis jovens com idade aparente de 16/17 anos. Alguns têm autocolantes com um cravo vermelho e a legenda «25 de Abril sempre». Um dos adultos, manda dois rapazes para o meio de um magote de

manifestantes que agita as bandeiras e grita palavras de ordem. Chega logo a seguir um indivíduo com um molho de bandeiras na mão. Quem não tem val abastecer-se... Três rapazes do grupo que referi, também se abastecem. E o baile continua.

(...) Dentro do recinto delimitado pelas grades, os homens da aparelhagem estão no seu posto. O electricista está em cima de um escadote mexendo em fios. E eis que um sujeito, vestindo fato de treino, atravessa o recinto vindo do lado dos Fenianos. Fala com o electricista e em breve os holofotes do palco vazio se apagam. E o baile continua. Do lado dos Fenianos aparece um grupo de indivíduos (segurança da UGT?) e aproxima-se do gradeamento pela parte de dentro. O magote de foliões infiltrado pelos rapazes do grupo que chegou, capitaneado por dois adultos de casaco de cabedal, está agora muito próximo do grademaneto. Para a música. Gritam-se palavras de ordem. E dois dos rapazes infiltrados

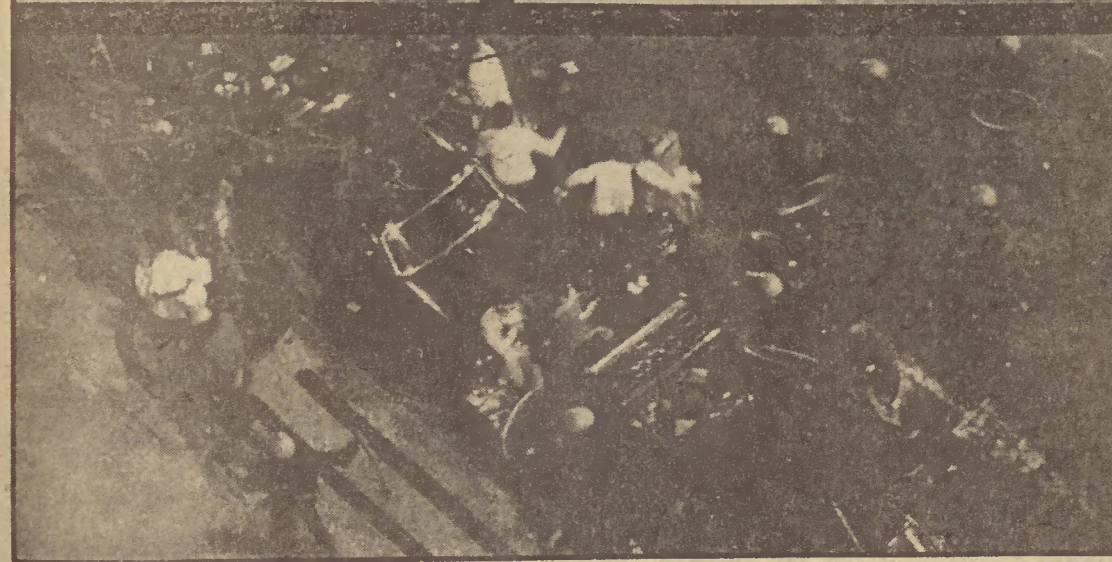
trocaram palavras que não percebi com os homens de dentro. E eis que saltam o gradeamento.

Quem são os homens de casaco de cabedal?

A descrição feita pelo repórter de «o ponto» é reveladora da encenação organizada para desencadear as cargas policiais. A polícia foi ali para trabalhar. E, à falta de razões, organiza — ou organizam-lhe — algumas. A presença de elementos vestidos à civil — os estranhos homens de casaco de cabedal referidos na reportagem acima e, também, «surpreendidos» pelo fotógrafo do Jornal de Notícias, é citada em outros jornais, «o diário» refere: Entre os agentes fardados, numerosos polícias à paisana colaboravam na carga. Mas que fazem os que saltaram o gradeamento dando assim o pretexto à polícia para a carga? Voltamos ao relato de «o ponto»: São apanhados. Sete/oito indivíduos com bandeiras da Intersindical saltam também, aparentemente

A polícia de Intervenção faz a sua entrada em cena, disparando rajadas de metralhadora. Dois mortos e oito feridos, foi o resultado da sua actuação. O próprio pasquim «O Dia», escreve:

A certa altura, e dado que ia engrossando o número de intersindicalistas — mais de mil —, provenientes da Avenida dos Aliados, o Corpo de Intervenção da PSP, que enviara propositadamente de Lisboa algumas forças, decidiu actuar e, secundado pelos restantes policiais, evacuou em acção rápida a Praça Humberto Delgado. No chão, ou encostados às paredes, ficaram dois mortos e três feridos graves, bem como 77 feridos ligeiros, 37 dos quais polícias. Este elevado número de polícias que nunca ninguém viu ferido não foi decerto recolhido no hospital. O «DL» escreve: Com pedras foram atingidos alguns polícias: cinco registados no Santo António, um no S. João. Descrevendo a carga da P.I., diz o repórter daquele vespertino: A polícia volta ao ataque. Desta vez mais violentamente. Há pedras que voam, bastonadas a torto e a direito, como quem malha em campo verde. A Praça da Liberdade passa a ser a Praça da violência, o centro irradiador de uma acção feroz, noite adiante, para cima, para baixo, para os Clérigos, para Sá da Bandeira. Para todos os lados. Era um desvario, com as armas a entrarem em acção e tiros a ecoarem fortemente pela cidade nocturna. Coisa nunca vista. «O diário» relata: Aos espancamentos selváticos, aos chicoteamentos raivosos, seguiu-se a breve trecho, o uso de armas de fogo. Centenas de disparos de pistola, de espingarda G3, granadas de gases lacrimogénios lançados contra uma multidão indefesa. Numa actuação marcada pela bestialidade, as forças policiais espancaram até à exaustão cidadãos isolados que aguardavam autocarros, encarnicaram-se mulheres e crianças. Uma onda de solidariedade saiu dos moradores da baixa e numerosas foram as portas que se abriram para albergar pessoas perseguidas pela fúria policial. Casos houve em que a agressão continuou portas adentro. Os jornais recolheram muitos testemunhos de pessoas que não eram manifestantes e mesmo assim foram espancados e feridos. Nem à porta do Hospital se estava a salvo. O próprio «Jornal de Notícias» diz: Para muitas pessoas que se encontravam no local e interpelaram a reportagem do «JN», «a polícia foi a responsável pela carga de que resultaram diversos feridos, sem que ninguém a isso tivesse dado azo». Propositadamente, ao recolher excertos de reportagens de variados jornais, pretendemos apresentar uma conclusão: É que, independentemente do ângulo sob o qual os factos tivessem sido olhados, os relatos coincidem — na véspera do 1.º de Maio, no Porto, a Polícia carregou, sem razões, sobre homens, mulheres e crianças. A tiro. Manchando de sangue a festa dos trabalhadores. A imaginação delirante de Ângelo Correia não vai chegar para justificar o crime,



Nove polícias contra um cidadão, estendido no chão: como caracterizar actos como este?

É tudo uma cabala...

A Polícia de Intervenção não actuou no Porto! A afirmação é de Marcelo Rebelo de Sousa e foi divulgada pela Rádio através de todo o país e, quem sabe, talvez captada ocasionalmente

além fronteiras. Pois é. A Polícia de Intervenção não actuou e se calhar nem foi ao Porto. As carrinhas em que estiveram fechados durante toda a noite, até ao começo dos tiros, não existem, nunca foram

fabricadas. O mais certo é não ter estado ninguém na «baixa do Porto». E será que o Porto existe? Os pais cujos filhos foram assassinados choram fantasmas. Ou se calhar nem choram, porque

também não existem, porque os seus filhos não foram mortos pela polícia que não actuou. E tudo uma cabala. Provavelmente, nem o 1.º de Maio existiu. O que existe é a «AD» e a sua paz podre; e o

Ângelo Correia e o Marcelo Rebelo de Sousa para nos dizerem que a Polícia de Intervenção não actuou no Porto. E existimos nós, o Povo. E as marcas do sangue na memória que nos

querem roubar. E cravos vermelhos num cemitério onde jazem dois jovens trabalhadores vítimas de balas disparadas por uma Polícia de Intervenção que não actuou.

em socorro dos dois rapazes. Um dos que salta para o interior do recinto, atira em direcção do palco vazio um pacote de terra (ou tinta amarela?). Os das bandeiras pegam-se à pancada com os do interior. A cacetada e ao murro. Gera-se o burburinho. Soam gritos de alerta: — Isto é uma provocação! Isto é uma provocação! Acto contínuo, os polícias de choque que estão junto do Palácio dos correios (onde se situa o comando do dispositivo) avançam sobre a multidão. Limpam a zona do gradeamento. Carregam, também, sobre os grupos da Rua do Almada e da Rua Formosa e sobre os que se encontravam da parte de baixo, frente ao palco, na Avenida dos Aliados. Tudo foge à frente da Polícia.

Mais tarde: Vinte e três horas. Na Praça já estão 20/30 mil pessoas. A assistir ao espectáculo estarão cem pessoas, incluindo polícias à paisana e alguns que, desafiando a ordem, se passeiam na zona guardada, com autocolantes da Intersindical. (...) Mela-noite. O locutor de serviço anuncia o final do espectáculo de variedades. A melo da Praça nota-se burburinho. Lá, ao fundo, na Praça da Liberdade, também. Depois...



A violência



«Ou a praça fica limpa ou ainda há mortes» — disse um polícia do Corpo de Intervenção poucos minutos depois da meia-noite. Não foi preciso esperar muito para que a promessa se concretizasse



Reacções aos incidentes no Porto

Os trágicos acontecimentos que mancharam de sangue o 1.º de Maio no Porto provocaram, como era de se esperar, reacções imediatas em todo o País. Da Presidência da República ao Governo, dos partidos políticos às organizações sindicais, dos órgãos de poder local às organizações populares, quase todos vieram a público fazer a sua interpretação dos factos.

Notórios foram os silêncios do CDS e da Assembleia da República. O cristianíssimo partido de Freitas do Amaral parece não ter encontrado palavras para ao menos lamentar a morte de dois jovens trabalhadores, fosse qual fosse a sua «interpretação» dos acontecimentos; o parlamento, onde se travaram acesos debates sobre a madrugada sangrenta, foi amordaçado pela AD. E se o repúdio e a indignação pela violência sem precedentes registada no Porto constituem a esmagadora maioria das posições públicas, a verdade é que os tentáculos da direita procuram desesperadamente «lavar as mãos», lançando para cima dos trabalhadores a responsabilidade da repressão de que eles próprios foram vítimas. Esse aspecto seria de resto prontamente desmascarado pelo PCP na madrugada de sábado, num comunicado da Comissão Política do Comité Central onde se denuncia que a madrugada sangrenta foi o epílogo da «grande provocação de carácter fascista montada pelo Governo Balsemão, por intermédio do governador civil do Porto e com a vergonhosa colaboração da UGT, contra a CGTP-IN, o movimento operário e a luta dos trabalhadores». No mesmo sentido se pronunciaria imediatamente a DORP do PCP que, após

Indignação geral e hipocrisia da AD

uma análise dos acontecimentos conclui ser «completamente falso que a violência policial (os mortos, os baleados, os feridos graves, os agredidos) resultassem da necessidade de proteger o palco ou o espectáculo da UGT e muito menos de que visassem impedir confrontos entre trabalhadores: em nenhum momento há qualquer incidente entre adeptos da CGTP e da UGT». O apuramento das responsabilidades que todos afirmam exigir — algumas das principais tomadas de posição aí ficam — não pode deixar de ser feito. O Povo português quer saber: — **Quem deu ordem para matar?** As reacções do PCP aos acontecimentos, atrás sumariamente evocadas, são já do conhecimento dos nossos leitores (ver «Avante!» da semana passada). Entretanto, pareceu-nos útil reter aqui breves tópicos das reacções de outras forças políticas e também de órgãos de soberania, cuja leitura bastará para que a cada um sejam atribuídas claramente as posições que decidiram assumir.

• O Presidente da República general Ramalho Eanes, lastima que «a festa do 1.º de Maio tenha sido, numa situação democrática, marcada pela violência de que resultaram mortos e feridos». Aguarda-se informações suplementares sobre o ocorrido que «fundamentam uma tomada

de posição ou o desenvolvimento de acções que a função e as responsabilidades do exercício das suas funções venham eventualmente a determinar» — **Porta-voz da Presidência da República.**

• «Espero que os jornalistas que estiveram presente

possam colaborar nesses inquéritos, para que realmente tudo se esclareça e as medidas que se impõem possam ser adoptadas para que estas situações não se repitam. Elas são inaceitáveis em democracia»... «O inquérito que a Procuradoria da República vai fazer não vai ficar com certeza na gaveta» — **General Ramalho Eanes ao «Diário de Lisboa».**

• O Governo vai proceder judicialmente contra cada um dos membros do secretariado nacional da CGTP-IN e da direcção da União dos Sindicatos do Porto pela «sua conduta ilegal, que está na base dos graves incidentes ocorridos», antecipando-se ao inquérito mandado instaurar e para o qual fixou um prazo impreterível de 30 dias visando «um global apuramento de todas as responsabilidades». O Governo diz lamentar a perda de vidas humanas e os feridos resultantes «de uma tentativa violenta de alteração da ordem pública» — **Comunicado da Presidência do Conselho de Ministros.**

• Também a mim me penalizaram os acontecimentos do Porto. É

necessário reflectir e recolher os resultados do inquérito rigoroso para apurar o que se passou, para que uma festa não se transforme numa conjectura dolorosa para as populações» — **Presidente da Assembleia da República à saída de um encontro com Ramalho Eanes.**

• «Não podemos criar situações em que os cidadãos tenham medo de exercer os direitos que constitucionalmente lhes são conferidos. E não se pode confundir o Governo com o Estado e é ao Estado que compete dar essas garantias aos seus cidadãos, garantias de que são protegidos pelo exercício dos seus direitos» — **Vitor Alves, porta-voz do Conselho da Revolução.**

• «Sem prejuízo das conclusões de um inquérito imparcial, as condições de emprego da força pública nos referidos incidentes causam a maior apreensão, a quantos se empenham numa política de rigorosa legalidade democrática. A forma descontrolada e particularmente agressiva como o Corpo de Intervenção da PSP actuou nos incidentes às ordens do ministro da Administração Interna e do governador civil do Porto, mostram a

degradação para que tem vindo a caminhar o comando daquela força, que não está ao serviço da defesa da legalidade democrática, como ficou significativamente patenteado em lastimável discurso público proferido recentemente pelo respectivo comandante. A demissão imediata do titular da pasta da Administração Interna, bem como a substituição do comandante do Corpo de Intervenção, constituem um imperativo de convivência pacífica entre os portugueses e de dignificação da autoridade democrática» — **Comissão Permanente do PS**

• O PSD manifesta «indignação e profundo repúdio pela atitude provocatória, intolerante e manifestamente violadora da legalidade democrática por parte dos elementos arruaceiros conotados com a CGTP-IN», a quem responsabiliza pelos acontecimentos no Porto; afirma «esperar do Governo a persecução de medidas de serena firmeza na defesa da legalidade democrática e das liberdades públicas» — **Comissão Permanente do PSD.**

• A UEDS exige um imediato apuramento das responsabilidades «das quais não se podem isentar o ministro Ângelo Correia e o comandante Almeida Bruno, da PSP» — **UEDS.**

• «Os incidentes de ontem no Porto ensombra o nosso futuro» — **Miguel Pacheco, presidente da UGT.**

• «Os jornalistas assistiram

estupefactos à repressão de milhares de pessoas através de métodos inaceitáveis em democracia. Os jornalistas assistiram atónitos, no Banco de Urgência do Hospital de St.º António, às cenas mais patéticas e assistiram, nas escadarias que dão acesso ao Banco de Urgência, a nova carga policial sobre pessoas que ali se dirigiam para receber tratamento». (...) «O Governo assume pesada responsabilidade pelas barbaridades perpetradas na madrugada sangrenta do 1.º de Maio no Porto, pelo que deve ser demitido» — **Sindicato dos Jornalistas**

• «... A CGTP — é directamente responsável, em termos políticos e morais»... «... em nenhum país democrático se justifica que, para dispersar uma manifestação, se utilizem armas de guerra e, muito menos balas reais»... «... o inquérito terá de apurar quem disparou primeiro, se a Polícia, se alguns agitadores, se manifestantes»... «... «Só houve uma coisa que a CGTP talvez não tivesse previsto, que foi a morte de dois trabalhadores. De resto previu tudo, de forma calculista, mas precisava de criar um clima emocional e de mártires, para compensar os seus desaires recentes»... «... Há que castigar severamente os autores directos e indirectos dos acontecimentos e punir, igualmente, os autores morais do crime»... — **Torres Couto, secretário-geral da UGT**

Um relato delirante

O relato dos acontecimentos trágicos ocorridos no Porto na véspera do 1.º de Maio, já o conseguimos mostrar socorrendo-nos de reportagens de jornais de variadas tendências, para que dúvidas não houvesse.

Mostrámos, ao mesmo tempo, como seria difícil mentir perante factos testemunhados por milhares de pessoas. A dificuldade, porém, não é um obstáculo intransponível quando, pelo menos, se pretende mascarar a verdade. É o que faz o semanário reaccionário «Tempo» que publica um «filme dos acontecimentos» atribuído à polícia. O «filme», ou a «fita», está de tal modo recheado de episódios delirantes que nem sequer poderia entrar na «série B» dos filmes policiais. Um mau autor acumula pretensos factos com a finalidade de fazer o espectador engolir com facilidade o desfecho. O desfecho, porém, é trágico: há feridos. Mortes não. A censura terá cortado...

A primeira parte do «relatório», que tem início às 10,30 da manhã do dia 30 de Abril, dá o tom: «O comboio de Lisboa-Porto desembarcou algumas centenas de elementos afectos à Inter vindos do Sul para comparecerem na manifestação»... Nas horas seguintes, o «filme» regista a chegada «de propaganda da Inter» e a «intensa acção policial desenvolvida desde o início da manhã no sentido

de evitar infracções às normas legais».

O relatório prossegue com alguns toques de espionagem até que, às 21 horas e 20 minutos, regista:

«Efectivo da PSP desde há muito (18,30) instalado junto da protecção de gradeamento do palco da UGT (Praça Humberto Delgado) sofreu arremetida de um grupo de elementos transportando bandeiras da Inter que ultrapassou o gradeamento e agrediu elementos da PSP com varapaus, do que resultaram diversos agentes feridos».

Como se vê por este naco de prosa, quem agrediu foram os sindicalistas. E a quem? Logo à polícia... os policiais foram, deste modo as primeiras vítimas. Comparando com os factos relatados pelos jornalistas não podemos deixar de pensar que se trata aqui da primeira desculpa para a posterior acção da Polícia.

«A partir daqui e de cinco em cinco minutos, deram-se arremetidas (raids) cada vez mais violentas (grupos de 20 a 30 ou mais armados de varapaus)»... «21,40 — face ao aumento da agressividade das investidas, deslocou-se da rectaguarda da CMP meia companhia do Corpo de Intervenção, que ali ficou concentrada. Nesta mesma hora foi recebido um telefonema a protestar

(USP-Pacheco Gonçalves) contra a PSP, que estava a agredir crianças».

Como vemos aqui, o espião do «Tempo», que escreve o relatório pretensamente policial, pretende não acreditar nos espancamentos de crianças. Para este mau autor, são os civis que andam a bater na polícia. E esta defende-se, que um homem não é de pau...

Outra denúncia «grave»: «22h — agente da PSP recolheu a notícia que dava a indicação de que a manifestação do dia 1 se revertiria de muito maior gravidade pois os aderentes da USP/Inter possuíam «cocktails molotovs» e preparavam-se para fechar as entradas da Praça e Avenida dos Aliados com camiões TIR»!!!

Este delirante relatório prossegue denunciando que diversos elementos da PSP davam a notícia de que havia grupos de indivíduos «transportando pedras e outros elementos contundentes», enquanto a polícia procurava barrar-lhes a passagem. «Começaram a lançar pedras, paus, ferros, etc., logo que se aperceberam que não podiam passar e se encontravam envolvidos. Tentaram penetrar e, neste momento há tiros da parte dos elementos não policiais e há lançamento de gases por parte do Corpo de

Intervenção. Detectados e confirmados pelos nossos elementos tiros de pistola que vinham do meio da população. O Corpo de Intervenção dispersou com gases e à bastonada esses grupos.»

O relatório diz que, ao mesmo tempo que às 23,15 o comandante distrital recebia os dirigentes sindicais Teixeira da Silva e Kalidás Barreto que vinham protestar, se dá a carga do Corpo de Intervenção. Admire-se o laconismo e a sobriedade da descrição:

«Há vários feridos transportados ao Hospital. Uma carrinha da PSP que se dirigia para o Hospital de Santo António a fim de transportar agentes feridos foi rodeada junto da Igreja dos Clérigos e apedrejada, ficando muito danificada, e foram feitos ferimentos em mais agentes que iam no interior da mesma.»

É pronto. O filme acaba depois de ter contado como foi também necessário à Polícia dispersar os «agressivos» que se concentravam perto do Hospital, e como o comandante distrital uma vez mais atribuiu à Inter a responsabilidade pelos acontecimentos. Por aqui se vê. Mortos não houve. Crianças espancadas não houve. Só polícias feridos e maltrados. A polícia não disparou. Foram os populares. Mentir é possível.



Ninguém escapou — velhos, mulheres, crianças, de regresso do trabalho ou do cinema, simples transeuntes...

Como os jornalistas foram tratados

A actuação da Polícia de Intervenção é o que se sabe. Mas vejamos o caso dos jornalistas, na boca dos próprios, em relação ao que se passou no Porto:

Já na Avenida dos Aliados identifiquei-me como jornalista. Um dos graduados olhou-me com desdém: «Vamos limpar esta porcaria e esse cartão não lhe serve de nada. Depois, quando tiver a cabeça partida, não me diga que não o avisei. Os jornalistas comem com os outros.»

(...) «Você não é jornalista, mas agitador», disse-me um deles. «Chamem uma ambulância que este gajo morre aqui mesmo» — insisti. «A nossa missão é limpar a Avenida nem que seja à porrada e não levar feridos ao hospital».

Carlos Magno
RDP/Porto

«Aqui são todos iguais e os jornalistas ou se retiram ou comem como os outros. Temos ordens para limpar a praça e é isso que vamos fazer». A seu lado, um outro elemento da Polícia de Intervenção lisboeta, aparentemente um subordinado acrescentou: «não olhamos a cartões e ou a praça fica limpa ou ainda esta noite há mortos...»

José Alberto Magalhães
Jornalista da ANOP

«Desaparece» — berrou-me o polícia, quando eu, colado à parede do Café Imperial tinha acabado de lhe exhibir a carteira profissional que o deveria obrigar, por lei, a respeitar a minha missão de jornalista. «Temos ordens para varrer a praça», atalhou. E varreram. Segundos depois foi o início do verdadeiro pesadelo.

Afonso Camões
«Primeiro de Janelo»

«Assisti à limpeza da baixa portuense e estive hora e meia no banco de urgência do Hospital de Santo António. De permeio, apesar de identificado, fui acusado de agitador, insultado e ameaçado e só não fui agredido porque, na circunstância, prevaleceu o bom-senso de um graduado.

Jorge Campos
RTP

Um guarda vem feito para me dar com o cacete. Levanto os braços e grito: Sou jornalista! Passa à frente e balbucia um «desculpe». Malha num velho alcoólico que ali estava sem perceber nada. Corro para o velho, levanto-o e tento levá-lo para o espaço defendido pelas grades. Um homem, do interior, possesso, manda-me embora dando-me violentos empurrões. E grita: «Malditos comunistas! Temos que matar estes gajos todos!»

Eurico Tiago
«O Ponto»

Os jornalistas, mais uma vez, se não fugissem também levavam. «Esse cartão não vale nada» — disseram alguns polícias ameaçadoramente.

(...) A mim, junto ao «Comércio do Porto», um polícia dizia: «Desapareça, aqui não há excepções».

Luís Humberto Marcos
«Diário de Lisboa»

A violência



Tiros no Porto

«O Márinho estava aqui comigo e com os outros. As irmãs também. Quando começaram os tiros lá para a Praça, nós fugimos. O Márinho teve medo e escondeu-se atrás do muro. Depois os tiros pararam, e só se ouviam gritos. O Márinho levantou a cabeça para espreitar a ver se

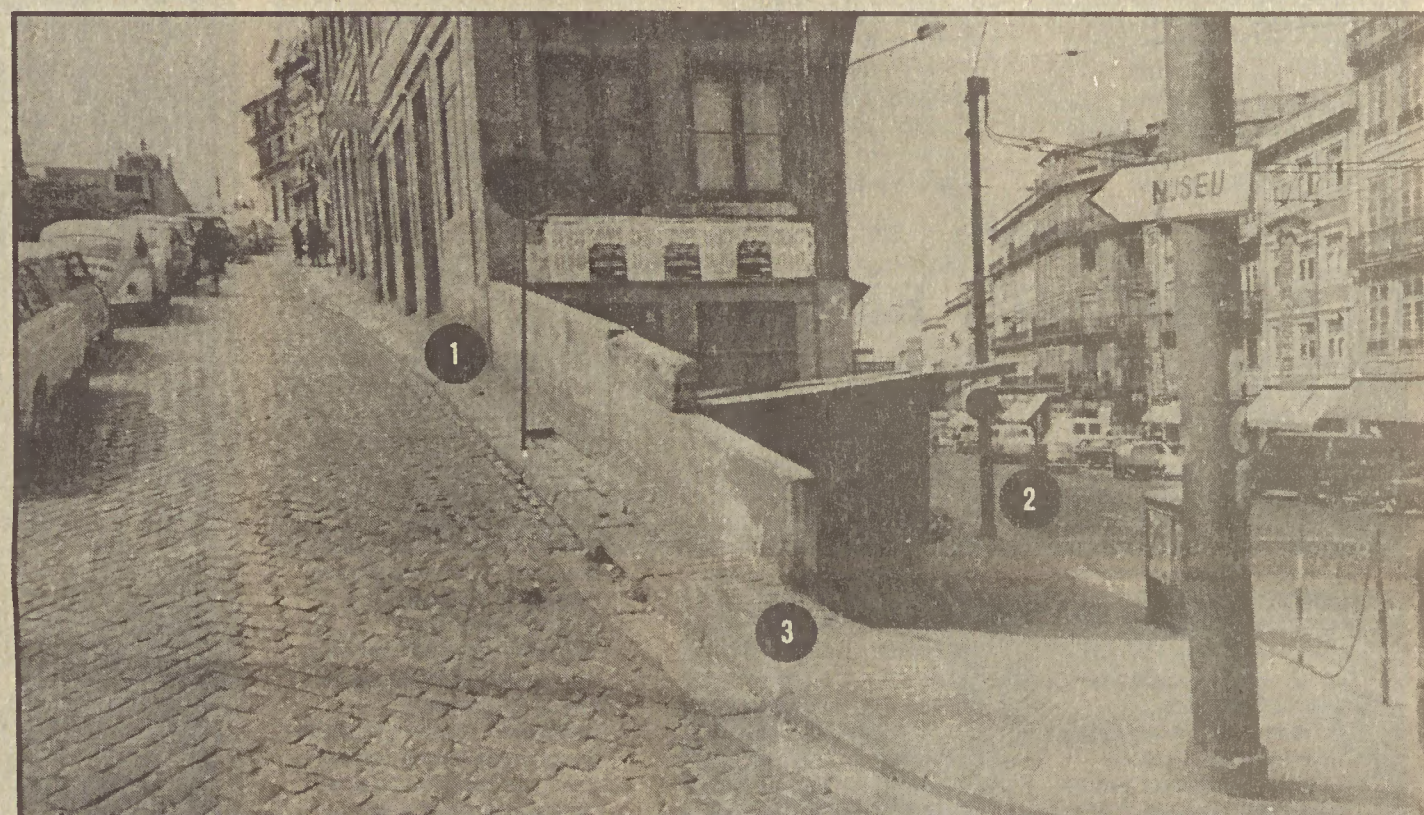
os polícias já se tinham metido na carrinha. Mal ele levantou a cabeça por cima do muro, o polícia apontou-lhe a pistola e disparou. A bala entrou-lhe por aqui e saiu por aqui. Ele ainda gritou e depois caiu no chão a sangrar sangue...». É este o testemunho de um

companheiro de escola de Mário Emílio, de 18 anos, recolhido por M.A. Pina e publicado em «O Jornal» da semana passada. A cena passava-se a 500 metros do palco da UGT, horas depois do espectáculo já ter acabado.

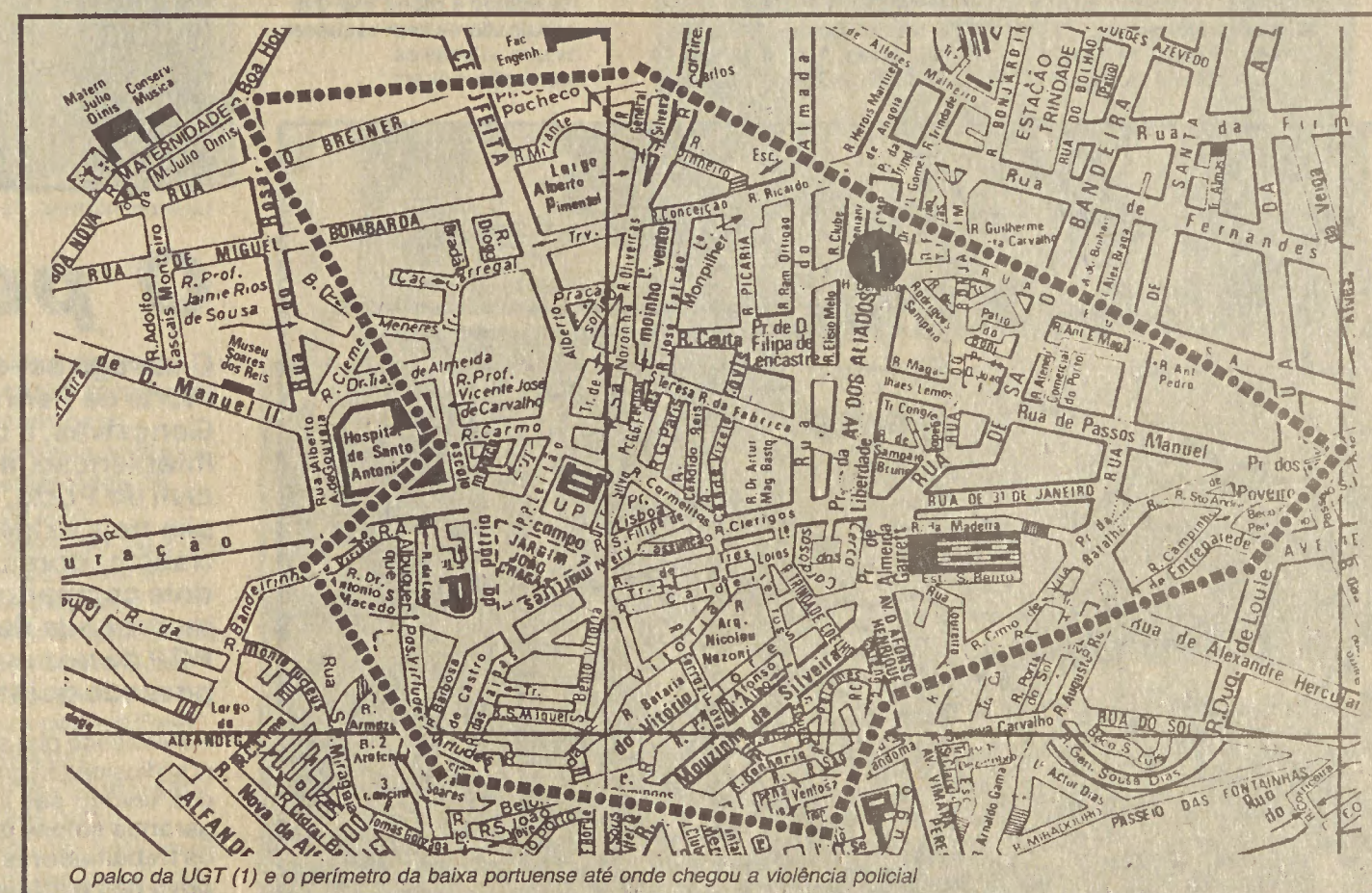
As fotos desta página pormenorizam aspectos das circunstâncias em que, segundo testemunhas, Pedro Manuel e Mário Emílio morreram e Maria Emília foi atingida.



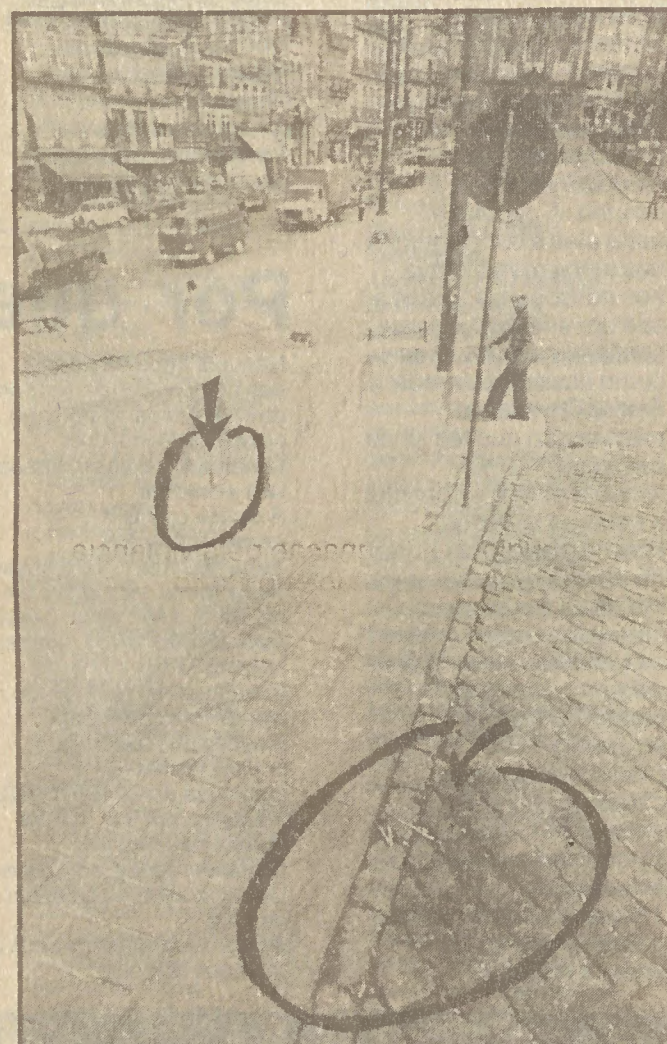
Os locais onde foram baleados Pedro Manuel Sarmiento Vieira (1), Maria Emília Silva Soares (2) e Mário Emílio Pereira Gonçalves (3)



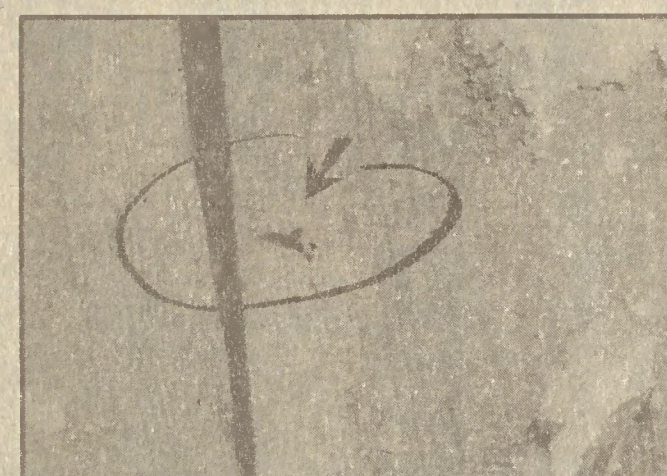
Local onde caiu, atingido mortalmente à queima-roupa, segundo várias testemunhas, o jovem Mário Emílio (1) o qual teria espreitado por cima do muro que se vê na foto. Segundo uns, o disparo terá partido do ponto (2), segundo outros do ponto (3)



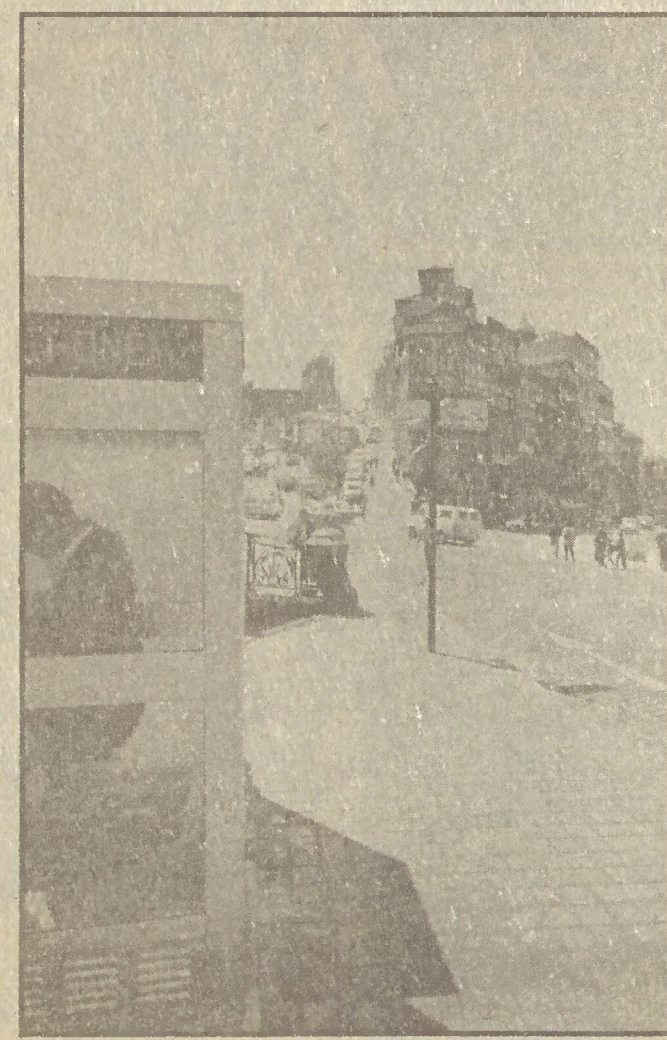
O palco da UGT (1) e o perímetro da baixa portuense até onde chegou a violência policial



Sangue de Mário Emílio na calçada e na parede



As «balas para o ar» deixaram marcas bem visíveis neste painel (situado à esquerda, na foto ao alto da página)



Foi junto desta cabine telefónica que, segundo testemunhos, teriam sido disparados os tiros que atingiram Maria Emília.



Foto de «A Capital»



Foto de «Jornal de Notícias»

Houve vários jornais que se referiram à presença de polícias à paisa. Na, mas armados, entre os trabalhadores, chegando mesmo alguns a publicar as respectivas fotografias. Foram publicadas reportagens onde se refere com algum pormenor a actuação dos referidos polícias.



Local onde foi atingida Maria Emília, junto a sua casa. Sem saber como nem porquê...

Grandiosa e comovente jornada

Centenas de milhares de pessoas, unidas pelos mesmos sentimentos de dor, de solidariedade, mas também de firmeza e disposição de lutar pela liberdade e pela defesa do regime democrático, participaram na impressionante jornada que foi os funerais dos trabalhadores assassinados pela Polícia de Intervenção na madrugada do dia 1 de Maio, no Porto.

Já durante todo o dia 4, milhares de trabalhadores, de democratas, tinham passado pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis e pelo Centro Social e Cultural da Sé, onde estavam em câmara ardente os corpos, respectivamente de Pedro Vieira e Mário Emílio, prestando assim homenagem aos dois jovens.

Momentos antes do funeral, cerca das 16 horas, também a delegação do Comité Central do nosso Partido se dirigiu à sede do Sindicato Têxtil e mais tarde à torre medieval da Sé, onde dirigiu condolências às famílias dos jovens.

Num e noutro sítio, onde já se aglomeravam centenas e centenas de pessoas, a delegação do Comité Central que integrava o camarada Alvaro Cunhal, foi recebida com todo o carinho. A população abria alas e com lágrimas nos olhos manifestava aos nossos camaradas a sua dor e revolta e a sua confiança na luta. É que, como dizia o camarada Alvaro Cunhal na intervenção que fez, já no cemitério: "O PCP sempre esteve e continua a estar ao lado dos trabalhadores, nas horas de alegria e nas horas de tristeza". Antes que o camarada o reafirmasse os trabalhadores e o povo sabiam que podiam contar com o PCP. À passagem do silencioso e imenso cortejo fúnebre, os estabelecimentos comerciais paravam ou encerravam. Trabalhadores às portas, nas janelas, numa imensa onda de

solidariedade, de pesar, de determinação. Na Praça da Liberdade onde os dois funerais se juntaram e perante uma multidão compacta, numa primeira homenagem, foi depositada junto à estátua de D. Pedro IV, uma coroa de flores lembrando: "Dois companheiros assassinados pela polícia nas comemorações do 1.º de Maio". 48 horas depois a coroa de flores mantinha-se intacta. O cortejo fúnebre encabeçado pelos familiares das vítimas, por delegações da CGTP, da USP, da Federação e Sindicato Têxteis, do PCP, da Francor, da Sé, de inúmeros sindicatos e ainda por várias personalidades como Vasco Gonçalves, Rosa Coutinho, Ruy Luís Gomes, Virgínia de Moura.

A representação do Partido era constituída por uma delegação do

Comité Central composta por Alvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido, Carlos Costa da Comissão Política e do Secretariado e Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política, por uma delegação da DORP composta pelos camaradas Edgar Correia, Vidal Pinto e Rosa Dias, todos membros do CC e da DORP, pelo camarada Henrique Neves do CC, em representação da Comissão Central da JCP, e outros camaradas que representavam o Comité Local do Porto, a Comissão Concelhia de Gaia, o Comité dos Sectores Metalúrgico e Material Eléctrico, o Comité Têxtil da cidade do Porto e a célula da Francor. O cortejo era ainda integrado por representações de trabalhadores dos mais variados pontos do país. Os obreiros da Reforma Agrária estiveram lá, solidários.

Da Praça da Liberdade a multidão, acompanhando os jovens assassinados, seguiu por Passos Manuel, Praça dos Poveiros, S. Lázaro, Barão de S. Cosme, Duque de Palmela até ao Cemitério do Prado de Repouso. Todas as

artérias foram demasiado estreitas, para tanta gente, tanta dor, tanta firmeza.

Vários turnos, no cemitério, transportaram em ombros as urnas. A delegação do PCP constituiu um dos que transportou Pedro Vieira. Para Mário Emílio foi rezada missa de corpo presente.

No momento em que os corpos desciam à terra foi o ponto máximo da comoção. Era a dor e a revolta, lágrimas, gritos de "assassinos, assassinos". Era a confiança e a firmeza: "25 de Abril Sempre — Fascismo Nunca Mais".

Em momentos de enorme emoção, num sentimento de unidade inquebrantável, a mole humana ouviu as palavras de Armando Teixeira da Silva, que em nome do Secretariado da CGTP-IN manifestou "a dor e o mais profundo sentir dos trabalhadores portugueses, aos dois corpos barbaramente assassinados pela Polícia de Intervenção, que actua com métodos fascistas".

"Agora e aqui — disse ainda este dirigente da CGTP — devemos perguntar porque no Portugal de Abril continuam a correr as lágrimas do nosso povo a

chorar os seus filhos, porque se permite a continuação dum governo que constitui uma séria ameaça para a democracia, para o Portugal de Abril. Este governo tem de ser demitido, já".

Teixeira da Silva considerou ainda que apesar da CGTP ter já dado a resposta dos trabalhadores com a convocação da greve geral, era necessário exigir "que as forças democráticas encontrem uma alternativa. Reclamamos que os órgãos de soberania que têm poder para tal demitam este governo. O povo quer Abril."

Paulino, em nome dos trabalhadores da Francor, camarada de trabalho e de luta de Pedro Vieira e Branca Castro, representando a Junta de Freguesia da Sé, de lágrimas nos olhos, com muita dor, com muita coragem, falaram também à multidão. O camarada Alvaro Cunhal interveio igualmente nesses momentos de emoção, que garantem que esta impressionante e comovente jornada, também pelo seu significado, ficará para sempre na história das lutas do Povo português.

Por quem tocam as sirenes?

Naquela tarde as sirenes das fábricas tinham um som de luto. À mesma hora, na cidade do Porto, dois trabalhadores assassinados iam a enterrar. A classe operária — a generalidade dos trabalhadores — expressava desta forma, nos locais de trabalho, o seu pesar pelos dois companheiros mortos. Noutros locais ainda, os trabalhadores realizaram plenários e aprovaram moções de repúdio pela política repressiva e criminosa do Governo «AD». Foi assim por todo o País, nomeadamente nas principais zonas industriais. Os trabalhadores estavam de luto. A lista das empresas onde a memória dos dois

trabalhadores assassinados foi recordada e que a seguir transcrevemos só falha por ser incompleta, pois muitas outras haveria de referir. Eis algumas das empresas onde um minuto de luto foi seguido: Equimetal, Quimigal, Câmara Municipal do Barreiro, Mompur, Tonus, Júlio Macedo, Lisnave, Arsenal do Alfeite, Parry & Son, Câmara Municipal de Almada, Companhia Portuguesa de Pesca, ENI, Casa Capucho, Portucel (Setúbal), Setenave, Mague, Entrepósito, Renault (Setúbal), Secil (Oitão), Movauto, IMA, Frisado, Imperex, Tecnisado, EDP e Rodoviária Nacional de Setúbal. Estaleiros Navais do Sado, GEFA, Anorport,

Bore, Cooperativa Estrela Moitense, Zonacoop, Câmara Municipal da Moita, e as empresas corticeiras deste concelho; Siderurgia Nacional, Mundet, ELO, Ficol, Sorefame, Câmara Municipal de Sines, Ormis (Alcochete), Carris (Cabo Ruivo), Metropolitano de Lisboa, Transtejo, Autocoope, Icosal, DMC, CIME, CEL-CAT, Centralcer, Mármore do Condado, Fábrica Portugal, Portucel (Albarraque), Covina, Marriot, Corame, Fábrica de Loíça de Sacavém, FIMA, Previdente, Cimpor, Sermague, Argibay, Coopmar, Van Leer, Sonadel, Seldex, Fundação de Oeiras, Autosil, jornais «A Capital», «Diário Popular»,

«Diário de Notícias» e ANOP; Sandvik, Nutripol, Francisco José Simões, York House, Baptista Russo, Sociedade Nacional de Sabões, Portugal e Colónias, Fapae, Petroquímica, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, Papellaria Fernandes, e Centro Social dos Trabalhadores do Comércio. Em muitos outros locais o luto foi igualmente respeitado. Mas em todos se tornou mais forte a certeza dos trabalhadores de que um dia virá em que as fábricas silvarão de novo (desta vez alegremente) festejando a vitória final dos trabalhadores sem esquecer os que, vítimas da repressão, caíram.



Um mar de gente na baixa portuense. Muitos milhares de pessoas incorporaram-se no cortejo fúnebre.



Grande número de jovens acompanhou os corpos das vítimas da fúria policial, numa última homenagem.

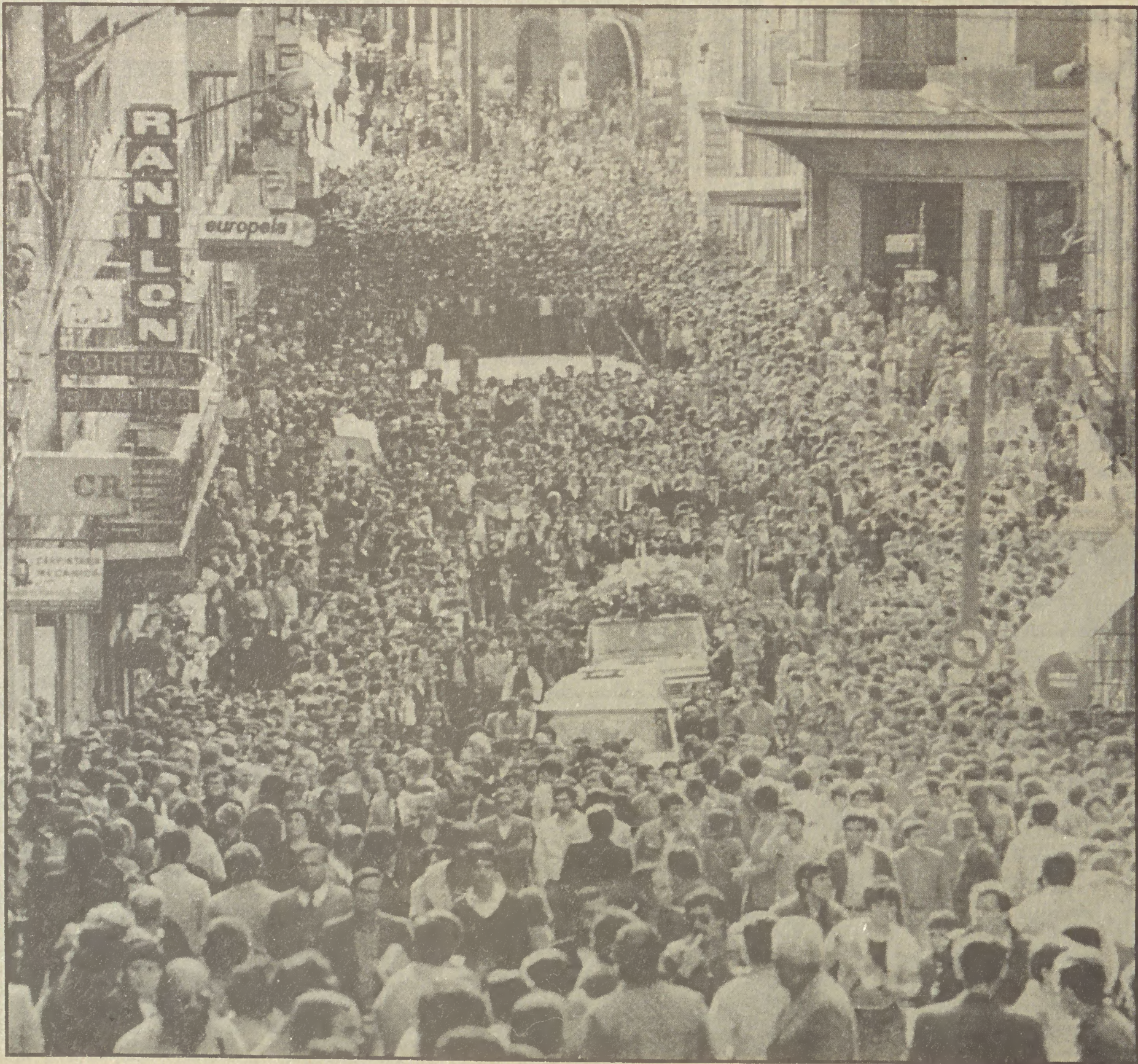
O povo não perdoa

O castigo severo dos responsáveis pela morte de Pedro Vieira e Mário Emílio Gonçalves, a dissolução da Polícia de Intervenção, a demissão do governador civil do Porto, a demissão do Governo AD, são hoje exigências do povo e dos trabalhadores, cimentadas pelo sangue dos dois companheiros assassinados na madrugada do 1.º de Maio, a que a DORP do PCP dá voz num comunicado divulgado na passada quinta-feira.

Sublinhando que a grandiosidade comovida dos funerais são a garantia solene de que os trabalhadores e o povo não perdoarão a sua morte, a DORP alerta para a provocação e para a falsificação dos factos com que as forças reaccionárias — desmascaradas na sua face fascista — procuram ilibar-se dos graves acontecimentos do 1.º de Maio.

Jornais reaccionários (a que o «Portugal Hoje» dá uma prestimosa ajuda) misturam o noticiário relativo ao 1.º de Maio com notícias de balas de guerra encontradas numa praia ou com armas destinadas à GNR roubadas do aeroporto. Um jornal reaccionário afirma com desplante que os agentes da PSP à paisana fotografados de armas na mão não pertencem à PSP nem a qualquer outra força

policial. O «Tempo» (...) Re atribui a um relatório dos PSP do Porto os seguintes afirmações de que «IGT, tiros de pistola vinham do meio da população, as que os trabalhadores govern «possuíam cocktail» resta «molotovs» e até que provo União de Sindicatos mistifi Porto se preparava secret fechar a «baixa» co Presidência Conse





ma homenagem aos companheiros assassinados

riaos assassinos

(...) Reaccionários de todos os matizes esqualificados da UGT, deputados da AD, esquins fascistas, ministros, governo, AD, unem-se nesta linha de provocação e de mistificação. O secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros,

Marcelo Rebelo de Sousa, chega a afirmar na Rádio que «a Polícia de Intervenção não actuou no Porto»... Como afirma o documento da DORP do PCP, é preciso repor a verdade. Para tanto apela a todos os trabalhadores, a todos os democratas e antifascistas do Porto

para que colaborem numa ampla recolha de depoimentos e testemunhos sobre os acontecimentos da noite de 30 e madrugada do dia 1 que tornem possível o aprofundamento objectivo dos factos e o rigoroso apuramento dos responsáveis directos pelos crimes cometidos».

Responsáveis que não contentes com o sucedido não hesitam em anunciar, no próprio dia dos funerais dos dois companheiros assassinados, a deslocação na sexta-feira ao Porto do próprio Ministro da Administração Interna, numa nova e grave provocação aos sentimentos antifascistas do povo nortenho. A resposta de massas às provocações levadas a cabo pelos reaccionários e o seu Governo AD contra as liberdades e o regime democrático será certamente dada na greve geral de hoje. Como salienta o comunicado da DORP do PCP, a luta de massas e só a luta de massas, unindo trabalhadores e unindo todos os democratas pode travar a escalada fascista e impor uma viragem democrática na vida política nacional.



Da delegação do PCP faziam parte os camaradas Álvaro Cunhal, Carlos Costa e Ângelo Veloso



A delegação da CGTP-IN



A junção num só dos dois cortejos fúnebres

Palavras de Álvaro Cunhal

No decorrer das cerimónias fúnebres, Álvaro Cunhal pronunciou, junto aos corpos dos trabalhadores assassinados, as seguintes palavras: Camaradas e amigos: A presença de uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Português nesta cerimónia triste justificar-se-ia em qualquer caso porque o PCP sempre esteve e continua a estar ao lado dos trabalhadores, nas horas de alegria e nas horas de tristeza e porque os trabalhadores do Porto vêm dizer um último adeus a dois companheiros caídos vítimas de repressão tipicamente fascista, numa grande batalha pela liberdade. Tomar aqui a palavra explica-se pelo facto de que um dos assassinados era militante do Partido Comunista Português. Em nome do Comité Central viemos aqui hoje

— prestar uma homenagem,
— reclamar justiça,
— expressar uma exigência,
— e, finalmente, fazer uma observação. Em primeiro lugar, prestar uma homenagem a dois jovens trabalhadores caídos na luta pela liberdade, acompanhando na dor os seus familiares e outros entes queridos: a Mário Emílio Pereira Gonçalves, jovem trabalhador de 17 anos, e a Pedro Manuel Sarmiento Vieira, operário têxtil de 24 anos, membro do nosso Partido e militante sindical. A luta do Povo português pela liberdade está assinalada ao longo dos anos, antes e depois do 25 de Abril, por provas de dedicação, de firmeza, de combatividade, e de heroísmo, por sofrimentos, por mártires vítimas do ódio e da violência do fascismo, da reacção, dos inimigos do nosso povo e da nossa pátria.

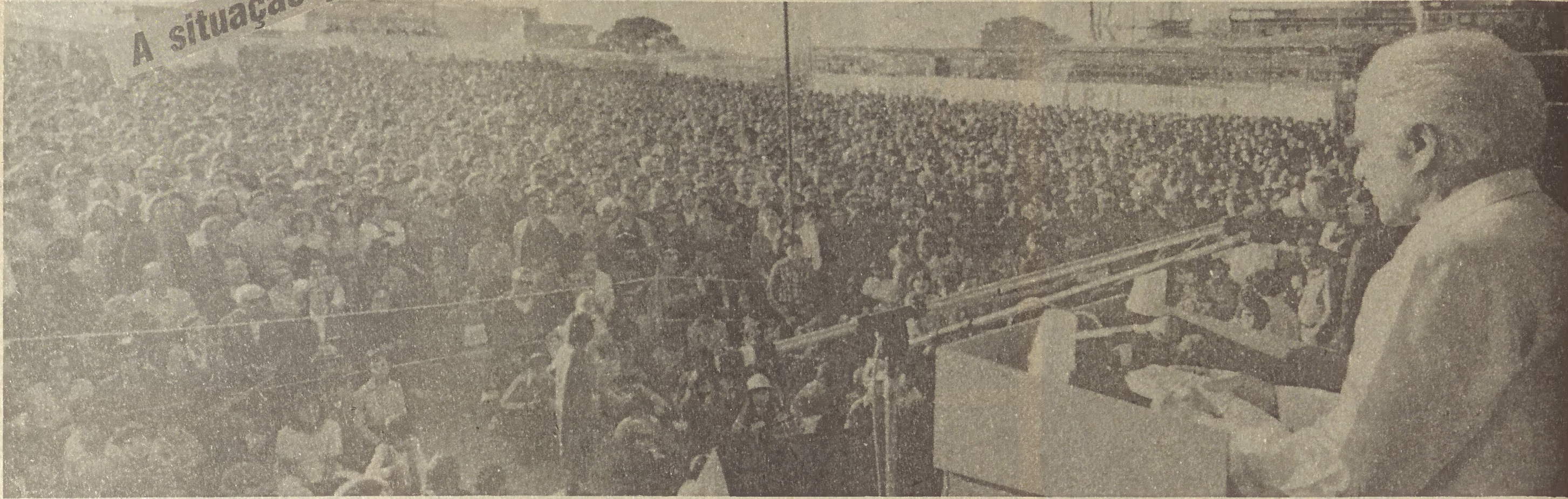
Os nomes de Pedro Manuel e Mário Emílio ficarão para sempre inscritos na gloriosa história da luta do Povo português pela liberdade. Em segundo lugar, reclamar justiça, exigindo o castigo dos assassinos que dispararam as armas e daqueles que lhes deram ordens para disparar. O Povo português está farto de crimes impunes praticados pelo poder, de assassinos à solta, de inquéritos que ficam depois fechados a sete chaves nas gavetas de ministérios encobridores. É altura de dizer: basta! Seria um escândalo que amanhã se viesse a concluir apenas que tal ou tal agente se excedeu no exercício das suas funções.

A Polícia de Intervenção mostrou já sem sombra de dúvidas que não está em condições de ser (como competiria que fosse) um instrumento para defesa da ordem democrática e da legalidade democrática, porque mostra ser (e foi preparada para ser) um instrumento de brutalidade e violência contra o povo, contra a ordem e a legalidade democráticas. Por isso é legítimo exigir a sua dissolução. Isso porém não chega. É uma evidência que o

Governo «AD» e certamente o seu ministro da Administração Interna, ao mandar expressamente de Lisboa para o Porto a Polícia de Intervenção, atribuiu-lhe uma missão concreta: aterrorizar os trabalhadores e o povo do Porto, espancando, ferindo e matando, criar um tal ambiente de terror que os trabalhadores desistissem de comemorar o 1.º de Maio no local a que tinham direito. Por isso é também legítimo reclamar o apuramento das responsabilidades, a punição dos criminosos e daqueles que lhes deram ordens para a operação terrorista, designadamente o ministro da Administração Interna. Em terceiro lugar, expressar uma experiência, que não é apenas nossa, dos comunistas mas de todos os partidos democráticos, dos trabalhadores e de todo o Povo português. Se outras razões não houvesse, bastaria a acção da Polícia de Intervenção a mando do Governo, na noite de 30 de Abril para 1 de Maio, para justificar plenamente a demissão imediata do Governo «AD».

Finalmente, para terminar, uma breve observação. Estamos aqui com lágrimas nos olhos, com a dor no coração, pela perda irreparável de duas vidas, da vida de dois jovens trabalhadores. E temos também no nosso pensamento o sofrimento de dezenas de feridos, de crianças e velhos espancados e baleados. Mas estamos aqui também, nesta extraordinária e poderosa manifestação de unidade, de solidariedade e de firmeza dos trabalhadores e dos democratas, fortalecidos por uma vitória na batalha que travámos em defesa da liberdade, fortalecidos pelo facto de que, apesar da sua operação de terror, o Governo «AD» não conseguiu roubar aos trabalhadores e à sua grande central sindical — a CGTP-IN — o direito que lhes cabia de comemorarem na Praça o 1.º de Maio, no exercício da liberdade e direitos que são parte integrante do regime democrático português. Sofrendo pelas mortes estamos aqui, também, com a determinação e a confiança dum povo que não deixará passar o fascismo, dum povo que quando unido, organizado, determinado, sem medo, pronto à luta, pronto ao sacrifício, está em condições de derrotar a reacção, defender com êxito os seus interesses e direitos, assegurar o exercício das liberdades e a ordem e a legalidade democráticas. Neste momento de despedida, como maior homenagem à memória dos dois companheiros assassinados, queremos confirmar que não pouparemos trabalho, esforços, luta e sacrifícios se necessário, para assegurarmos a vitória da grande causa da liberdade pela qual deram a vida Pedro Manuel e Mário Emílio. A reacção não passará! Abril vencerá!

A situação política



Álvaro Cunhal «A greve geral será uma poderosa confirmação de que os trabalhadores estão firmemente decididos a defender os seus interesses e direitos e a combater e derrotar a política antioperária, antipopular e antinacional do Governo «AD»»

No comício realizado anteontem, ao fim da tarde, no âmbito da Festa da Amizade, organizada pela Comissão Concelhia de Almada do PCP, o camarada Álvaro Cunhal pronunciou o importante discurso cujas partes essenciais a seguir reproduzimos.

O 1.º de Maio: O povo com Portugal de Abril

Fez ontem oito dias, Portugal viveu um dia extraordinário. O 1.º de Maio de 1982 ficou assinalado como uma poderosa jornada de luta dos trabalhadores em defesa do Portugal de Abril. Não é a primeira vez que, de grandes manifestações, se diz que são «as maiores de sempre». Pode ser que por vezes haja exagero em afirmá-lo.

Mas é certo, absolutamente certo, que muitas das manifestações do 1.º de Maio de 1982, se não foram «as maiores de sempre» foram certamente «das maiores de sempre».

De assinalar não é apenas o número de manifestantes. De assinalar é também o entusiasmo, a combatividade e a confiança dos trabalhadores.

O 1.º de Maio de 1982 teve lugar numa situação caracterizada por um lado, pela acentuação do carácter fascizante da política do Governo «AD» e pelo avançar do perigoso processo de revisão constitucional da Constituição e, por outro lado, pelo novo fluxo da luta operária, popular e democrática, que numa vaga que se desenvolve em sucessivas greves, concentrações, manifestações e outras formas de luta teve este ano os momentos mais altos na greve geral do 12 de Fevereiro, nas comemorações do 25 de Abril e agora no 1.º de Maio.

O 1.º de Maio confirmou que a luta operária, popular e democrática está em nítida ascensão.

O 1.º de Maio confirmou a unidade na luta da maioria esmagadora dos trabalhadores, organizados em torno da CGTP-IN.

O 1.º de Maio confirmou a determinação dos trabalhadores tendo a classe operária na vanguarda de lutarem em defesa dos seus interesses imediatos/fundamentais, em defesa dos seus salários e dos benefícios sociais alcançados pela luta, em defesa dos seus postos de trabalho, em defesa das suas liberdades e dos seus direitos, em defesa do regime democrático nascido da revolução de Abril.

O 1.º de Maio confirmou que os trabalhadores portugueses, que o Povo português estão aberta e firmemente contra o Governo «AD», e dispostos a lutar até o último sopro, abrindo caminho a uma alternativa democrática.

O 1.º de Maio confirmou também (e cabe-nos a nós comunistas sublinhá-lo) que, de entre os partidos políticos, o Partido Comunista Português continua a desempenhar um papel essencial no desenvolvimento do movimento operário, popular e democrático.

Se se considerar o 1.º de Maio como dando um sinal relativo à correlação de forças sociais e políticas, pode afirmar-se, sem receio de errar, que o 1.º de Maio confirmou três importantes aspectos do momento actual:

Primeiro: que a «AD» está cada vez mais isolada e mais fraca vindo reduzir-se dia a dia a sua base de apoio.

Segundo: que o PS, com a sua política de aliança com a «AD» e o seu comprometimento no divisionismo e nas provocações da UGT, se encontra cada vez mais desacreditado, mais separado e distante da classe trabalhadora.

Terceiro: que o movimento operário e popular, com as suas genuínas organizações de classe e contando sempre com o PCP, se encontra cada vez mais forte, mais unido, mais firme, mais combativo, com mais vasto apoio de massas.

O 1.º de Maio é uma grande jornada de luta e é também uma grande festa dos trabalhadores.

Este ano, o aspecto festivo foi gravemente ensombrado pela sangrenta operação repressiva lançada no Porto por ordem do Governo.

Para quem quer que analise objectivamente os acontecimentos do Porto, duas conclusões se impõem: a primeira é que o Governo «AD» tentou no Porto uma prova de força contra o movimento operário, a segunda é que, apesar dos crimes, cometidos pelas forças repressivas do Governo «AD», quem saiu vencedor dessa prova de força não foi o Governo «AD», mas o movimento operário.

Porto: uma vitória política contra a ilegalidade e o terror

O que se passou no Porto foi uma importante batalha pela liberdade em que dum lado esteve a «AD», o seu Governo, o seu governador civil, a sua polícia, e do outro lado os trabalhadores com os seus sindicatos e com as forças políticas progressistas.

Foi uma batalha importante em que o Governo «AD» empregou meios extremos, incluindo a repressão mais brutal. E entretanto quem ganhou essa batalha não foi a «AD», não foi o seu Governo, não foi a sua polícia, mas os trabalhadores com o seu grande movimento sindical unitário e a CGTP-IN.

Está absolutamente claro que a concessão (feita irregular e ilegalmente) da Baixa do Porto aos divisionistas da UGT, proibindo (também irregular e ilegalmente) aos trabalhadores e à Intersindical o direito de comemorar o 1.º de Maio no local onde de há muitos anos, mesmo no tempo de fascismo, o têm comemorado, era uma provocação com objectivos políticos de longo alcance.

O Governo «AD» pretendia institucionalizar as proibições nos sítios mais apropriados e mais tradicionais das grandes iniciativas do movimento sindical unitário (tassim como de outras forças progressistas).

Pretendia consagrar pública e artificialmente a UGT como uma central sindical não só ao nível da CGTP-IN mas uma única central reconhecida legalmente e com direito a privilégios.

Pretendia institucionalizar um tratamento discriminatório e marginalizador dos sindicatos dos trabalhadores.

Pretegia dar um primeiro e sério golpe no direito de manifestar e, no geral, nas liberdades democráticas.

Daí a importância da batalha.

Se os trabalhadores a tivessem perdido, se, como defendiam ami-

gos mais hesitantes, se os trabalhadores tivessem aceitado docilmente a decisão ilegal do governador civil e tivessem desistido de comemorar o 1.º de Maio na Praça teria sido vibrado pela «AD» um rude golpe nas suas liberdades e direitos, um rude golpe no próprio regime democrático.

Ganhando essa batalha, como de facto foi ganha, foi também desferido um rude golpe, não da «AD» contra os trabalhadores, mas dos trabalhadores contra a «AD», contra o seu Governo, contra toda a reacção, em defesa das liberdades e dos direitos dos cidadãos, em defesa do regime, democrático.

Foi absolutamente justa a decisão do movimento sindical, de não só protestar contra a decisão ilegal do governador civil, mas de não a reconhecer e de manter firme e corajosamente as comemorações do 1.º de Maio na Baixa do Porto.

Ante a firmeza do movimento sindical, o Governo compreendeu bem que o seu plano não seria realizado tão facilmente como imaginava. E resolveu por isso utilizar grandes meios próprios de fascistas: a violência brutal, a intimidação, o terror.

No Porto existe também PSP. No Porto existe também polícia de choque. Mas isso não era suficiente para o Governo, para o plano sinistro do Governo «AD» e do seu ministro da Administração Interna. Por isso o ministro enviou de véspera de Lisboa para o Porto um corpo da Polícia de Intervenção. E não o enviou para manter a ordem. Não o enviou para assegurar a legalidade. O Governo, o ministro da Administração Interna enviou a Polícia de Intervenção com uma missão bem determinada, com um plano já estabelecido de que certos jornais dão nota chamando-lhe «Operação Alfa» e esse plano consistia em levar a cabo, na noite de 30 de Abril para 1 de Maio, uma grande operação de selvática violência, de forma a desmobilizar definitivamente os trabalhadores para as comemorações do 1.º de Maio na Baixa do Porto.

O balanço geral da «Operação Alfa» na noite sangrenta está feito. Dois jovens trabalhadores assassinados a tiro. Pedro Manuel Vieira, operário têxtil de 24 anos, membro do nosso Partido e delegado sindical. E o jovem de 17 anos, Mário Emílio Gonçalves. Dezenas e dezenas de pessoas, incluindo crianças e velhos, espancados e baleados.

Por esse crime tipicamente fascista, que por si só define um Governo e uma política, exigimos a imediata dissolução da Polícia de Intervenção, o apuramento das responsabilidades e o castigo dos criminosos — criminosos não são apenas aqueles que dispararam mas também aqueles que deram ordens para disparar.

A operação de terror foi realizada, mas novamente a «AD» se enganou. A operação de terror, que deveria conseguir aterrorizar o povo e impedir as comemorações do 1.º de Maio na Baixa, provocou uma ainda mais potente onda de protesto e revolta, uniu ainda mais fortemente os trabalhadores, fortaleceu ainda mais a sua combatividade e, determinação.

E assim, no dia 1.º de Maio, no Porto, inutilizando os planos do Governo e a sua acção terrorista, repondo a legalidade democrática, repondo o exercício das liberdades, os trabalhadores do Porto comemoraram o 1.º de Maio na Praça, numa poderosa manifestação de mais de 100 000 pessoas, consagrando uma grande derrota política da «AD» e uma grande vitória política dos trabalhadores, da sua grande central sindical, do regime democrático português.

No 1.º de Maio no Porto, uma vez mais, foram os trabalhadores que repuseram a legalidade e a ordem democráticas violentamente violadas pelo Governo «AD», as suas autoridades e os seus polícias.

No 1.º de Maio do Porto uma vez mais, os trabalhadores revelaram ser a força social determinante na defesa do Portugal de Abril.

Os próprios acontecimentos provaram que a «AD» apesar de estar no Governo, de ter ainda maioria na Assembleia da República, de dispor de polícias e de grande parte do aparelho do Estado é mais fraca do que pretende fazer crer e que o movimento operário e popular é uma força poderosa capaz de defender, salvar e continuar Portugal de Abril.

A unidade dos trabalhadores e o papel da UGT

Os divisionistas da UGT mostraram de forma definitiva aos olhos do povo inteiro que são verdadeiros traidores à classe operária, instrumentos da política antidemocrática e das provocações da «AD», agentes do patronato reaccionário, colaboracionistas nos crimes da Polícia de Intervenção contra os trabalhadores do Porto.

Os acontecimentos do 1.º de Maio do Porto mostraram por um lado a actuação vergonhosa desse grupo de lacaios da reacção e mostraram por outro o seu completo isolamento.

Utilizando a monstruosa máquina «AD» instalada nos grandes meios de comunicação social, a UGT foi encarregada de realizar uma concentração no local que por direito histórico, por tradição e por lei, pertencia aos trabalhadores do Porto para comemorarem o 1.º de Maio.

Foram feitos apelos para que toda a população do Porto estivesse na Praça com a UGT.

Era o apelo para que todo o anticomunismo se juntasse para fazer número de forma a «justificar» a concessão do local à UGT. Era o apelo a uma grande concentração contra o movimento operário com a garantia das costas quentes pelo MAI e pelas polícias.

A acção dos dirigentes da UGT desceu uma vez mais ao nível da grosseira provocação.

A UGT definiu-se a si própria na Baixa do Porto, completamente isolada, com meia dúzia de gatos à volta, protegidos por fortes cordões de polícias e incitando a polícia à acção terrorista contra os trabalhadores.

O próprio facto de que a UGT, com a concessão ilegal pelo governo civil do uso exclusivo da Baixa do Porto, com o apoio proclamado do Governo, dos partidos da «AD» e do PS/Mário Soares, com a propaganda em massa dos meios de comunicação social estatizados, com a protecção de poderosas forças policiais, não conseguiu juntar no 1.º de Maio do Porto mais que algumas centenas de pessoas num extremo da Praça Humberto Delgado, ao mesmo tempo que, ali, ocupando a maior parte da Praça, ao apelo da CGTP-Intersindical, apesar da intimidação da reacção, das proibições ilegais, do terror sangrento, se juntavam mais de 100 mil trabalhadores, — testemunhou só por si por um lado o carácter da UGT como grupo divisionista de traidores à classe operária, isolado das massas, mancomunado com o Go-

verno, com o grande capital, com as provocações e acções terroristas da Polícia de Intervenção, e por outro lado, a força e influência de massas da CGTP-IN confirmando-a como a única verdadeira central sindical dos trabalhadores portugueses.

Desde a noite de 30 de Abril para 1 de Maio de 1982 no Porto, a UGT ficará para sempre inseparavelmente ligada à acção terrorista da Polícia de Intervenção e compartilhando da responsabilidade moral pelo assassinato de dois trabalhadores.

O 1.º de Maio no Porto foi a sentença de morte da UGT, como grupo de divisão e de traição à classe trabalhadora.

Depois de tudo isto é para espantar que o PS (como notícia o «Portugal Hoje» de 8 de Maio) venha acusar a CGTP-IN de «sectarismo» na forma como encara «as suas relações com a UGT no quadro do movimento sindical português».

Nós, comunistas, pensamos que todos os trabalhadores devem unir-se na luta em defesa dos seus interesses vitais e direitos fundamentais na luta contra o Governo «AD», na luta em defesa do regime democrático.

Nós saudamos os trabalhadores que pertencendo embora a sindicatos filiados na UGT participam na luta lado a lado com outros trabalhadores com a CGTP-IN.

Mas consideramos que nada pode haver de comum entre a grande e gloriosa central dos trabalhadores portugueses e um pequeno grupo de provocadores como são dirigentes da UGT, que não fazem outra coisa que não seja tentar dividir os trabalhadores, fazerem toda a espécie de frotas ao Governo «AD» e ao patronato reaccionário, procederem nas greves como vulgares amarelos e como sucedeu na greve da 12 de Fevereiro, e serem afinal, como bem mostraram no último 1.º de Maio, um instrumento das mais abjectas provocações da reacção contra o movimento operário.

Por isso dizemos. A luta pela unidade dos trabalhadores, a luta em defesa e para reforço da unidade sindical (que tem a sua mais elevada expressão no movimento sindical unitário organizado em torno da CGTP) é inseparável do desmascaramento e da luta firme contra a UGT comandada por vulgares divisionistas e provocadores.

A UGT apareceu no 1.º de Maio como um instrumento da provocação do Governo «AD». Mas não se pode silenciar que a UGT não é apenas um instrumento da «AD». A UGT é também o grupo divisionista do movimento sindical activamente apoiado, desde a sua origem até hoje, pelo Partido Socialista.

O 1.º de Maio trouxe à luz do dia o envolvimento do PS/M. Soares nas provocações da UGT ao serviço da «AD».

Trata-se de um elemento importante para ajuizar da real posição do PS/M. Soares na situação política actual.

Porque, nos últimos tempos, tinham-se criado algumas ilusões.

Mário Soares e seus amigos tinham multiplicado as declarações contra a «AD». No dia 25 de Abril, pela primeira vez depois de muitos anos, o PS participou oficialmente nas comemorações ao lado do nosso Partido e de todos os outros partidos democráticos.

Representaria esse facto um real distanciamento do PS em relação à «AD»? Representaria um primeiro passo para modificar a sua política de alianças?

Nós considerámos positiva essa participação do PS no 25 de Abril embora logo tivéssemos notado que no mesmo momento em que, no Rossio de Lisboa, Manuel Alegre fazia apelo à unidade da esquerda, Jaime Gama na Assembleia da República fazia a apologia da unidade do PS com a direita.

No 25 de Abril, o PS/Mário Soares aparecendo ao lado de outros democratas, criou em muitos uma leve esperança. Mas no 1.º de Maio, apoiando activamente a UGT, M. Soares apareceu de novo ao lado da «AD» contra os trabalhadores, acompanhando, com palavras quase idênticas, a nova e feroz campanha reaccionária contra a CGTP-IN e contra o PCP.

Por isso é não só legítimo como necessário, desmascarar perante os trabalhadores, perante o Povo português, perante todos os democratas, perante os próprios socialistas, esta duplicidade. E ao fazê-lo estamos certos de dar uma contribuição para a unidade dos trabalhadores, para a aproximação, o entendimento e acção comum de todos os democratas, incluindo de comunistas e socialistas.

Acusações que rondam a infâmia

O papel da UGT ronda a infâmia. E ronda também a infâmia o Governo e a sua propaganda que, sendo directamente responsáveis pela noite sangrenta no Porto, procuram responsabilizar pelo crime os próprios trabalhadores e as organizações, designadamente a CGTP e o PCP.

É uma vergonha que o «Portugal Hoje» afecto a Mário Soares acompanhe esta atitude da reacção.

No fim de contas, as culpas não seriam do Governo, nem da Polícia, mas do movimento sindical unitário e do Partido Comunista que insistiram em não respeitar a decisão do governador civil e insistiram em que o 1.º de Maio do Porto fosse, como todos os anos anteriores, comemorado na Praça.

As culpas não seriam do Governo e do seu ministro da Administração Interna que deram ordens à Polícia de Intervenção para usar as armas, mas da CGTP-IN e do Partido Comunista que com o seu suposto sectarismo, teriam provocado as «forças da ordem».

Esta linguagem, camaradas, ouvimo-la nós vezes sem conto no tempo da ditadura. Era o que dizia Salazar, era o que dizia Marcelo, era o que dizia a PIDE, era o que dizia a imprensa fascista.

Se reprimiam, espancavam ou matavam trabalhadores e democratas que se manifestavam ou faziam greve, as culpas nunca eram do governo e das suas forças repressivas, mas dos próprios trabalhadores, dos próprios democratas, que insistiam em manifestar-se ou em fazer greve apesar das proibições do governo fascista.

No fim de contas, se portugueses e portuguesas eram espancados, eram baleados, eram presos, eram torturados, eram condenados, eram assassinados, a responsabilidade era deles próprios, porque insistiam em lutar apesar de o governo e as autoridades o proibirem.

Essa mesma linguagem que hoje retoma a «AD» e o «Portugal Hoje».

Uma tal linguagem agrada certamente à Polícia de Intervenção, poderá iludir quem esteja disposto a capitular perante a ilegalidade, o arbitrio e a violência, mas é rejeitada com indignação pelos trabalhadores e por quem quer que tenha um mínimo de honra e dignidade.

A luta continua e continuará. E a lição que fica do 1.º de Maio do Porto não é a de que a resistência contra a «AD» foi demasiado longe,

mas, pelo contrário, que é necessário intensificar essa resistência, intensificar a luta, porque se mostrou uma vez mais que com firmeza, coragem, unidade, os trabalhadores, as massas populares têm força bastante para fazer recuar e derrotar a reacção.

Justa e grandiosa homenagem aos mortos

O funeral dos dois assassinados do Porto foi uma poderosa manifestação de dor, de solidariedade, de unidade, de protesto, de firmeza, de determinação e de luta dos trabalhadores.

Um dos mortos era membro do nosso Partido. Normal que o Partido participasse no funeral.

Ante o crime, a «AD» e a direcção do PS que apoiara a UGT o melhor que tinham a fazer era calarem-se.

Mas não.

O secretário de Estado da Presidência do Conselho Rebelo de Sousa e o («Portugal Hoje») atrevem-se a fazer campanha nos termos mais insultuosos contra o facto de que o PCP honra os seus mortos.

Todos sabemos que não é por acaso que a Polícia de Intervenção assassina comunistas e não baleia os traidores da UGT filiados no PS ou filiados nos partidos da «AD». Não os assassina nem os baleia porque esses «AD» e esses PS da UGT eram instrumentos e cúmplices na grande provocação da Polícia de Intervenção. Porque enquanto eram metralhados e assassinados os trabalhadores do Porto, esses «AD» e esses «PS»/UGT realizavam, (com a assistência de escassas centenas de pessoas, contando polícias à paisana) o seu espectáculo no local usurpado, protegidos por fortes cordões de polícia.

Um dos jovens assassinado pela Polícia de Intervenção era membro do nosso Partido e o outro cooperava com a Juventude Comunista. Certos senhores deviam perguntar a si próprios porque sucede que, nas lutas do povo português pela liberdade, antes do 25 de Abril, como depois do 25 de Abril, quando as forças repressivas disparam, são tantas vezes atingidos os comunistas.

A razão é simples: os que caem, são tantas vezes comunistas, porque os comunistas se encontram sempre com os trabalhadores, com as massas, nas primeiras linhas de combate, jogando a vida se necessário.

E, se são assassinados camaradas nossos, que nos cabe a nós fazer? Silenciar que são camaradas nossos? Ficarmos retirados e alheios e deixar que outros os acompanhem até ao último adeus?

Não, o nosso dever é dizer ao nosso povo, para que o nosso povo saiba, que aqueles que tombaram na luta eram comunistas, e prestar-lhes a homenagem devida aos combatentes caídos, e acompanhá-los até ao último adeus.

Já lá vai o tempo, durante o fascismo, em que os comunistas assassinados eram enterrados secretamente pela PIDE, em que os funerais de comunistas conhecidos eram proibidos ou reprimidos, em que se tornava impossível homenagear minimamente os nossos camaradas clandestinos que morriam da doença.

Agora, no Portugal de Abril, honramos os nossos mortos e ninguém nos impedirá de o fazermos com dignidade, juntamente com os trabalhadores e com o povo.

Por isso participámos no funeral dos dois jovens assassinados no Porto, junto com o movimento sindical. Por isso estivemos, junto com o povo, junto com as famílias atingidas pela dor. Por isso levámos ao ombro o caixão do nosso camarada morto. Por isso em nome do Partido dissemos algumas palavras na cerimónia fúnebre.

Por isso participámos nessa extraordinária e poderosa expressão de dor, de solidariedade, de unidade, de protesto, de firmeza e de determinação de luta que foi o funeral dos dois jovens assassinados.

E se há quem tenha a desvergonha (como o fez esse tal Torres Couto) de chamar «passateta» a tal desfile, quem o afirma a si próprio se classifica: um cúmplice dos assassinos que insulta as próprias vítimas.

O que dói a estes senhores não é a brutalidade da polícia — nem a morte de trabalhadores e a dor do povo.

O que lhes dói é que o nosso Partido está cada vez mais indissolúvelmente ligado à classe operária e às massas populares e a classe operária e as massas populares cada vez mais indissolúvelmente ligadas ao Partido.

Ainda duas palavras para terminar sobre os acontecimentos do Porto.

A manipulação da opinião pública pelo secretário de Estado da Presidência do Conselho vai ao ponto de dizer que, protestando contra a sangrenta repressão dos trabalhadores portugueses pelo Governo «AD», o PCP procura «apagar ou atenuar os acontecimentos da Polónia».

Mas qual é a verdade?

O povo português apreciaria que, em vez de passarem na TV imagens das ruas de Varsóvia, melhor teria sido se a TV tivesse transmitido na proporção devida as imagens de brutalidade, de violência, da selvageria, dos baleamentos e espancamentos levados a efeito no Porto na noite de 30 de Abril para 1 de Maio.

Vê-se que o que sucede é precisamente o contrário do que diz o secretário de Estado. Não é o PCP que, falando da repressão do Porto, procura «apagar ou atenuar os acontecimentos da Polónia».

O que sucede é que o Governo (utilizando a TV e os outros meios de comunicação social estatizada) dá grande relevo aos incidentes na Polónia para «apagar ou atenuar os acontecimentos em Portugal».

O acordo PS/«AD» para a revisão da Constituição

Falámos da posição do PS no 1.º de Maio desmentindo a posição tomada, nas comemorações do 25 de Abril.

Entretanto, não foi preciso esperar pelo 1.º de Maio para que o PS/Mário Soares confirmasse que a aliança real do PS/Mário Soares na situação actual não é com as forças democráticas contra a «AD» mas com a «AD» contra a democracia.

Em 29 de Abril, apenas 4 dias depois das comemorações do 25 de

A situação política

Abril em que o PS/M. Soares aparece ao lado dos outros democratas e ao lado dos capitães de Abril, Mário Soares realiza a «cimeira» com os partidos da «AD» e finaliza o acordo PS/AD, para a revisão da Constituição, acordo que, a concretizar-se na Assembleia da República, vi-
braria um golpe profundo no regime democrático, um golpe no 25 de Abril e até um golpe nos militares que, no quadro político nacional, se mantém fiéis ao ideal de liberdade que os animou a porer fim à ditadura fascista.

De há muito o nosso Partido arrancou ao segredo dos gabinetes e da Comissão da Assembleia da República e trouxe para a rua, trouxe para o conhecimento do povo, a revisão da Constituição — esta questão de transcendente importância para o futuro da democracia portuguesa.

De há muito o nosso Partido esclareceu que, dada a exigência de dois terços de votos de deputados para alterar qualquer preceito da Constituição, a revisão só se poderia dar por acordo da «AD» com o PS.

De há muito o nosso Partido informou o nosso povo dos acordos que se foram firmando entre a «AD» e o PS relativos a uma mudança radical do sistema do poder político, em que avultava a extinção do Conselho da Revolução, a diminuição drástica dos poderes do Presidente da República, a passagem para o Governo das competências militares do Conselho da Revolução e do Presidente, a criação de um Tribunal Constitucional da confiança da «AD» que assinasse de cruz como constitucionais as leis mais inconstitucionais que a «AD» venha a fazer.

Estava quase tudo acordado. No que respeita às chefias militares, se havia dúvidas, Mário Soares esclareceu-as no debate na RTP entre os dirigentes do PCP, PS, PSD e CDS, nessa comédia de negociações (já antes feita no essencial) entre Mário Soares e a «AD». Ai, perante milhões de telespectadores M. Soares comprometeu o PS no acordo para que fosse atribuída ao Governo, não apenas a indicação do CEMGA mas de todos os chefes de Estado-Maior.

A 29 de Abril, na altura da «cimeira», já pouco restava para ver. Restava fundamentalmente o problema da dupla responsabilidade do Governo perante a Assembleia da República e perante o Presidente da República (que M. Soares declarou que seria mantida) e o problema do Tribunal Constitucional. Em tudo o PS capitulou vergenhosamente.

Final, que alterações da Constituição resultam do acordo de M. Soares/Almeida Santos com a «AD»?

Que acordos se concluíram nos últimos tempos? A que conclusões chegaram nesse encontro cimeiro? Qual é o último «pacote» PS/«AD» em matéria de revisão da Constituição?

Tudo considerado.
Primeiro: Se fosse aprovado o acordo PS/«AD» passariam para o Governo importantes competências militares que, segundo a Constituição, cabem hoje ao Conselho da Revolução e ao Presidente da República, designadamente a escolha dos chefes dos Estados-Maiores.

Não ficava na Constituição (nem poderia ficar expressamente) que cabe ao Governo (como propunha o projecto de lei de Defesa Nacional do PS/Jaime Gama) a nomeação dos Comandos das Regiões Militares, dos oficiais gerais, dos comandantes dos serviços das unidades e estabelecimentos militares.

Mas tudo isso poderá ficar depois na lei de Defesa Nacional uma vez que a «AD» não quer mais do que o PS/Jaime Gama mostra estar disposto a dar-lhe.

O objectivo da «AD» foi claramente definido por Balsemão no IAEM: tornar as Forças Armadas «um instrumento do Governo».

Se fosse aprovado o acordo PS/«AD», seria concretizado o perigo que o PCP tem apontado: a governamentalização e partidização das Forças Armadas e a possibilidade de a «AD» restaurar uma hierarquia militar fascista ou fascizante facilitando a utilização das Forças Armadas como um instrumento para impor um golpe contra a democracia e esmagar a resistência do povo.

A acção no Porto da Polícia de Intervenção a mando directo do Governo «AD» mostra bem a ameaça que pode representar se os fascistas, fascizantes e reacçãoários da «AD» passassem a ter as Forças Armadas sob o seu controlo, direcção, gestão e comando.

Segundo: Se fosse aprovado o acordo PS/«AD», os poderes políticos do Presidente seriam radicalmente reduzidos, desaparecendo efectivamente da Constituição o princípio da dupla responsabilidade do Governo perante o Presidente da República e perante a Assembleia da República e ficando mais condicionada a competência do Presidente para demitir o Governo.

Os capituladores socialistas dizem que não. Que a dupla responsabilidade continua. Mas as alterações acordadas com a «AD» mostram que assim não é.

O art.º 193.º da Constituição estabelece que «O governo é politicamente responsável perante o Presidente da República e a Assembleia da República».

Se fosse aprovado na Assembleia da República o acordo do PS com a «AD» a palavra «**politicamente**» desapareceria neste artigo, mas, no art.º 194.º, segundo o qual, na Constituição «o Primeiro-Ministro é responsável politicamente perante o Presidente da República e, no âmbito da responsabilidade governamental, perante a Assembleia da República» desapareceria também a palavra «**politicamente**» no que respeita ao Presidente da República, sendo introduzida no que respeita à Assembleia da República.

O poder do Presidente da República de demitir o Governo seria também mais condicionado segundo o acordo PS/«AD» pois só poderia fazer «quando se torne necessário ao regular funcionamento do sistema democrático».

Trata-se de reduções efectivas e de tomo dos poderes do Presidente, mostrando que tudo quanto em sentido contrário afirmou repetidas vezes M. Soares (por exemplo em entrevista ao «Diário de Lisboa» de 25 de Fevereiro) não eram senão cortinas de fumo para ocultar os acordos reais com os partidos reacçãoários.

De facto, se fossem aprovadas as alterações à Constituição acordadas entre o PS e a «AD», o Presidente veria radicalmente diminuídos os seus poderes. Perderia a competência de designar os chefes do Estado-Maior. Veria diminuída a responsabilidade que o Governo actualmente lhe deve. Veria condicionada a competência de demitir o Governo. E, segundo outras alterações acordadas entre o PS e a «AD», veria ainda reduzidas muitas outras das suas actuais competências.

Em terceiro lugar: Se fosse aprovado o acordo PS/«AD» o Tribunal Constitucional, que substituiria o Conselho da Revolução na competência de declarar a inconstitucionalidade das leis, passaria a ter uma tal composição que asseguraria à «AD» o seu controlo efectivo. Isto é, a «AD» passaria a ter um Tribunal dominado pela sua gente que declararia conformes com a Constituição todas as leis «AD» mesmo que violassem frontalmente a lei fundamental do país.

De facto, o acordo de M. Soares com a «AD» atribui à Assembleia da República a competência para designar 10 membros do Tribunal Constitucional que por sua vez escolheriam mais 3. Exige-se que tal designação seja aprovada por dois terços de deputados, mas fácil é de ver a que pode conduzir essa aliança do PS com a «AD» para o efeito.

O PS propusera antes que o Tribunal Constitucional fosse composto por 15 membros, 5 nomeados pelo Presidente da República, 5 designados pela Assembleia da República e 5 pelo Conselho Superior de Magistratura. Mas o PS acabou por capitular também nesta matéria.

afastou o Presidente da República da intervenção na formação do Tribunal Constitucional.

O acordo PS/«AD» é um acordo entre partidos. Não é ainda a votação da Assembleia da República, mas o acordo é perigoso.

Por isso a luta tem de continuar até ao último momento para impedir esta revisão da Constituição que altera profunda e inconstitucionalmente o regime político existente e põe em perigo a própria democracia.

Razões sem conto para a demissão do Governo

Os acontecimentos do 1.º de Maio e o acordo PS/«AD» para a revisão da Constituição dão novas razões e razões por si suficientes para justificar as medidas há muito propostas pelo PCP para vencer a crise económica, social e política em que vivemos e para conjurar o autêntico golpe de Estado que a «AD» (com o colaboracionismo do PS) prepara contra a democracia portuguesa através da revisão da Constituição.

Torna-se cada vez mais evidente para milhões de portugueses que a demissão imediata do Governo «AD», a dissolução da Assembleia da República, a formação dum governo de gestão e a realização de eleições antecipadas no prazo constitucional de 90 dias, são medidas justas, necessárias, indispensáveis e urgentes.

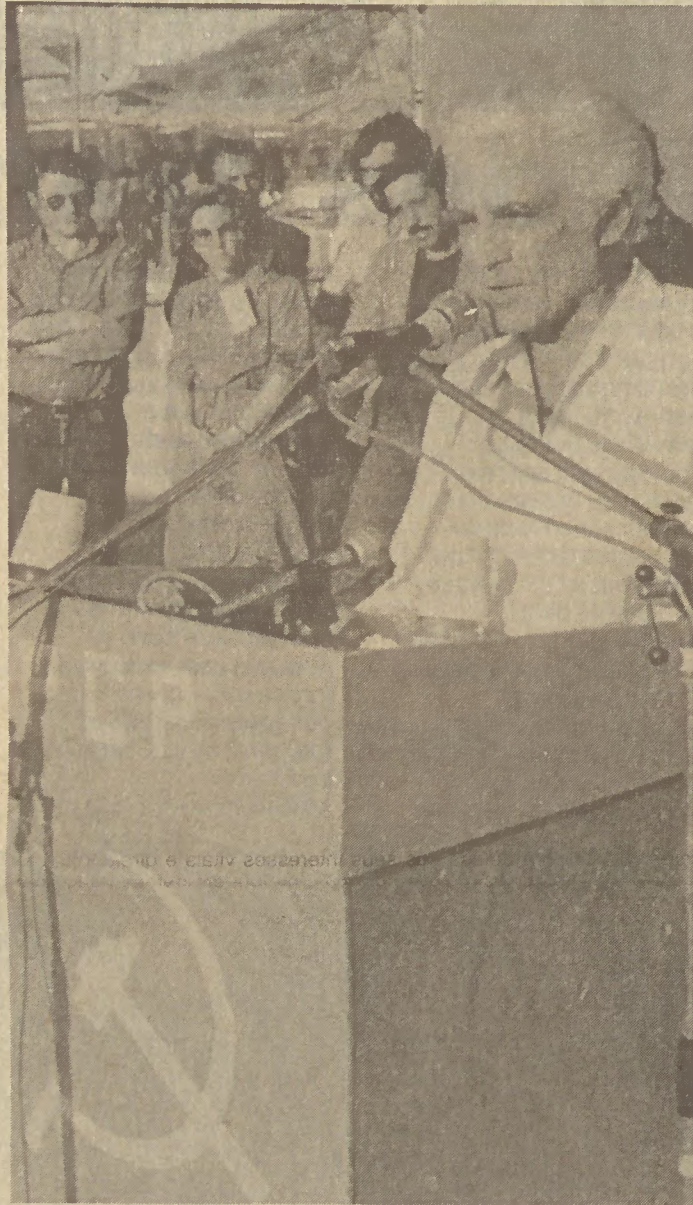
Entretanto, tem de sublinhar-se que não seriam necessários estes novos factos para justificar tais medidas.

Desde a formação do primeiro Governo «AD», havia já razões de sobra, para justificar a sua demissão.

Era razão bastante para a demissão do Governo «AD» a violação constante, intencional e sistemática da Constituição, lei fundamental do país que, enquanto em vigor, nenhum cidadão, e muito menos os órgãos de soberania, são autorizados a violar.

Era razão bastante para a demissão do Governo «AD» a sua ofensiva inconstitucional, ilegal, arbitrária, violenta, atentatória dos interesses do povo e do país, contra as nacionalizações e a reforma agrária que são parte constitutiva e legalmente irreversível do regime democrático português.

Era razão bastante para a demissão do Governo «AD», a sua política que conduz a economia portuguesa ao desastre, à recessão ou estagnação da indústria e da agricultura, aos défices monstruosos da balança comercial e da balança de pagamentos, ao colosso



endividamento externo que alcançou um nível tal que compromete por muitas dezenas de anos o desenvolvimento da nossa economia e a real independência do país.

Era razão bastante para a demissão do Governo «AD» o agravamento brutal, constante e progressivo das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral, particularmente das camadas mais desfavorecidas como os reformados e os deficientes, com o galopar dos preços, a inflação, os despedimentos, a liquidação de benefícios sociais, a repressão patronal e estatal, as dificuldades crescentes dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, as discriminações que se multiplicam em relação às mulheres e aos jovens, a situação cada vez mais gravosa criada aos intelectuais e quadros técnicos.

Era razão bastante para a demissão do Governo «AD» o uso do Poder, do aparelho do Estado, dos dinheiros públicos, dos sectores nacionalizados, das terras das UCPs, para entregar aos grandes capitalistas e agrários grande parte das riquezas nacionais, para refazer fortunas, para reimplantar privilégios, para preparar terreno à restauração do poder dos monopólios e latifundiários.

Era razão bastante para a demissão do Governo «AD» a monopolização, governamentalização e partidização ilegal e escandalosa da RTP e de outros órgãos de comunicação social estatizados, fazendo deles instrumentos de mentira, de desinformação, de calúnias impunes, de diversão ideológica, de perversão da opinião pública, utilizando para tal métodos que nada ficam a dever aos do fascismo.

Era razão bastante para a demissão do Governo «AD» o desrespeito e ofensiva constante das liberdades e direitos dos cidadãos, de operações provocatórias como a da «insurreição dos pregos», as violações da legalidade democrática, as acções repressivas e criminosas contra os operários em empresas, contra os trabalhadores da Reforma Agrária, contra os agricultores que manifestam, acções repressivas que culminaram na selvática noite sangrenta do 1.º de Maio do Porto.

Era razão bastante para a demissão do Governo «AD» a sua subserviência ao imperialismo norte-americano, a sua política externa em que se multiplicam provocações de «guerra fria», a sua orientação deliberada para criar dificuldades e conflitos com países com os quais Portugal está profundamente interessado em desenvolver relações de amizade e cooperação.

Era razão bastante para a demissão do Governo «AD» a sua constante «guerrilha» (desrespeitando normas de funcionamento das instituições, insultando, mentindo, caluniando) contra outros órgãos de soberania, incluindo o Presidente da República perante o qual entretanto segundo a Constituição, o Governo responde politicamente.

A tudo isto e a muito mais se vieram juntar os acontecimentos do 1.º de Maio e a expedição de terror fascista da Polícia de Intervenção.

Por tudo isto a luta continua para que a «AD» vá prontamente para a rua!

Urgência da realização de eleições

E quanto à dissolução da Assembleia da República e à realização de eleições gerais antecipadas?

Também há razões e de sobra para tal decisão.

Razão suficiente para a dissolução da Assembleia da República eleita em 5 de Outubro de 1980, foi a derrota clamorosa da «AD» nas eleições presidenciais de 7 de Dezembro, uma vez que a «AD» jogara na candidatura de Soares Carneiro a existência do seu próprio Governo e a sua própria coligação e uma vez que tal resultado mostrou que a «AD» não tinha eleitorado suficiente para ter maioria de deputados na Assembleia — o que é confirmado pela redução progressiva da sua base social e política e pela perda de milhares e milhares de votos pela «AD» nas eleições parciais que se têm realizado nas autarquias.

Razão suficiente para a dissolução da Assembleia da República é o suporte que a maioria «AD» dá à política inconstitucional e ilegal do Governo.

Razão suficiente para a dissolução da Assembleia da República são as sucessivas leis inconstitucionais que a maioria «AD» tem aprovado.

Razão suficiente para a dissolução da Assembleia da República, é a violação do regime, são as irregularidades e a chibança da «AD» na Assembleia e são os conflitos internos, as divisões, os escândalos, as guerras de personalidades que dão o espectáculo duma «maioria» conjuntural que nada tem de «estável e coerente».

Razão suficiente para a dissolução da Assembleia da República é a revisão inconstitucional da Constituição que a maioria «AD» (com o acordo do PS/Mário Soares) pretende levar a cabo.

As medidas propostas pelo PCP são constitucionais, legais, legítimas, necessárias e indispensáveis.

E além do mais, urgentes.

Muitos dos que se opunham com veemência às medidas propostas pelo PCP, agora aceitam-nas como legais e até necessárias. Mas defendem que sejam tomadas apenas depois da revisão da Constituição.

Uma tal posição é, a nosso ver, profundamente errada.

Entre os grandes perigos que ameaçam os dois maiores — se não o maior — é a revisão da Constituição que se prepara com a passagem para o Governo das competências militares, a redução drástica dos poderes do Presidente da República e a formação de um Tribunal Constitucional que não dá quaisquer garantias.

As questões que se debatem são de gravidade extrema. A Assembleia com a composição actual não representa o eleitorado. Que se convoquem eleições e o povo que decida.

Eleições, mas eleições democráticas.

E, para que sejam realizadas eleições democráticas, duas condições são indispensáveis.

Primeiro: que o governo na altura em funções seja um governo que respeite a legalidade e as normas democráticas e o Governo «AD» já mostrou não ser um tal governo.

Por isso reclamamos com a dissolução da Assembleia da República, a formação de um governo de gestão, que assegure a realização de eleições democráticas.

Segundo: que as eleições sejam realizadas estando em vigor a actual lei eleitoral, e não com uma lei eleitoral fabricada à pressa pela «AD» para tornar as eleições uma farsa.

O projecto da nova lei eleitoral para as autarquias que a «AD» acaba de fazer aprovar na generalidade na Assembleia da República mostra bem como a «AD» prepara a perversão antidemocrática dos futuros actos eleitorais, de forma a garantir a «vitória da «AD» mesmo que esta perca as eleições em número efectivo de votos.

Nessa nova lei que a «AD» pretende fazer entrar em vigor, admite-se o voto pelo correio em condições tais que os caciques reacçãoários e o Governo teriam possibilidade de comprar, de fabricar, de inventar, de manipular, de comercializar, de acarneirar, milhares e milhares de votos.

Trata-se de uma disposição abertamente inconstitucional porque viola três princípios fundamentais: que o voto deve ser feito pessoalmente, com a presença do eleitor e com observância do sigilo, isto é sem que seja conhecido de outrem qual a lista em que vota cada eleitor.

Entretanto a «AD» avança uma tal proposta ilegal.

Nessa nova lei, pretende-se também que, os boletins de voto para as Câmaras, para as Assembleias Municipais e para as Juntas de Freguesias sejam todos impressos em papel branco o que abre caminho a todas as fraudes, à violação do voto, a pressões e intimidações aos eleitores.

Nessa nova lei pretende-se fazer sérias restrições à propaganda eleitoral, proibindo por exemplo a propaganda gráfica num raio de 100 metros dos locais de votação, o que significaria a proibição de propaganda em centenas de freguesias do país, incluindo dezenas de freguesias de Lisboa.

Nessa nova lei pretende-se autorizar que haja uns senhores «procuradores eleitorais» que acabariam por substituir os eleitores e votar por eles.

Uma tal lei para as eleições das autarquias seria inconstitucional e por isso, uma vez que cabe ainda ao Conselho da Revolução julgar da

constitucionalidade ou da inconstitucionalidade das leis, queremos confiar em que assim será considerada e não passará.

Mas esta amostra indica o que a «AD» seria capaz de fazer se estivesse na sua mão, não só fazer uma nova lei eleitoral para a eleição da Assembleia da República, como ter um Tribunal Constitucional da sua confiança para a declarar conforme com a Constituição. Deixaria de haver em Portugal eleições democráticas para passar a haver farsas eleitorais do género das que se realizavam em Portugal quando governavam os mestres de Balsemão e Freitas do amarel, Salazar e Caetano.

Por tudo isto reclamamos que a demissão do Governo e a dissolução da Assembleia da República tenham lugar antes e não depois da revisão da Constituição, e que sejam realizadas eleições com a actual lei eleitoral e estando em exercício um governo que assegure o carácter democrático das eleições.

Há quem tenha recelo de tais medidas por pensar que a «AD» poderia obter novamente a maioria na Assembleia da República.

Pensar assim é ter os olhos fechados para o que se está a passar em Portugal ao nível das massas.

Para nós é absolutamente certo que, se na conjuntura actual se realizarem eleições verdadeiramente democráticas, a «AD» sofrerá uma derrota estrondosa, abrindo caminho à formação de um governo democrático.

A luta continua: Greve Geral no dia 11

Com estes objectivos a luta continua. E depois de amanhã os trabalhadores e o povo português levarão por diante de novo uma grandiosa acção de massas: a nova greve geral marcada pela CGTP-IN para dia 11.

Por isso, a campanha da «AD» contra a greve geral já começou. Não sabemos se o ministro da Administração Interna irá repetir as provocações e as palhaçadas da «insurreição dos pregos».

Em qualquer nível devemos estar preparados para isso. Preparados portanto para desmascarar e combater quaisquer novas provocações tendo bem presente que, em matéria de provocação, a estúpidez não é menos perigosa que a inteligência.

E preparados também para rir porque o sujeito não se dá conta de que, quando mais inchado e importante quer ser, mais mesquinho e ridículo aparece.

Para já, a campanha contra a greve geral procura explorar o facto de estar marcada para o dia 11 e a visita do Papa a Portugal começar no dia 12.

A «AD» e os seus pasquins, assim como os porta-vozes do PS/Mário Soares, vão ao ponto de afirmar que a greve geral foi marcada para prejudicar a visita do Papa.

Trata-se de uma caluniosa invenção lançada para confundir a opinião pública e particularmente os trabalhadores católicos.

A greve geral tem conhecidas causas concretas que se radicam no agravamento da situação dos trabalhadores e na política de ilegalidade, destruição e violência conduzida pelo Governo «AD».

A marcação da data resultou em larga medida, como o movimento sindical já explicou, da irreprimível onda de indignação e protesto provocado pela noite sangrenta do 1.º de Maio no Porto e do imperativo legal de uns tantos dias para consulta e decisão das estruturas sindicais e para os pré-avisos de greve.

Nos consideramos sinal de grande sentido das responsabilidades e de elevada consciência política nacional a posição da CGTP em relação à visita do Papa. Consideramos positivo que a CGTP-IN tenha procurado entrevistar-se com o Cardeal António Ribeiro e que o Cardeal tenha recebido a CGTP-IN. Consideramos positivo que o movimento sindical tenha intervenido de forma a que não seja prejudicado pela greve o transporte de peregrinos para Fátima no dia 11.

São provas de respeito pela crença e pela prática do culto, provas de tolerância e de convivência social que é de desejar se mantenham, consolidem e desenvolvam.

Quanto ao Partido, tomámos já posição pública em relação à visita do Papa.

Pronunciámo-nos contra as tentativas que a «AD» está fazendo para instrumentalizar politicamente tal visita — que, segundo declarações dos mais altos dignitários da Igreja, tem um objectivo eminentemente religioso — de forma a apresentá-la como uma expressão de apoio da Igreja e do Vaticano à política da «AD».

Ao mesmo tempo, apelamos para o respeito geral com a visita do Chefe da Igreja Católica e Chefe do Estado do Vaticano, bem como para com todos os actos e cerimónias religiosas que estão programadas.

Os dirigentes dos partidos com representação na Assembleia da República foram convidados para uma audiência com o Papa no dia 12. Fomos convidados e aceitámos o convite.

Nessa altura terá já terminado a greve geral. Terá sido certamente uma grandiosa jornada de luta.

E isso permitirá também ao Papa pulsar o sentir dos trabalhadores portugueses, do povo português, dos católicos portugueses.

A campanha que as forças reacçãoárias e seus aliados desencadeiam contra a greve geral não impedirá que esta venha a ser uma nova poderosa jornada de luta.

Será uma poderosa confirmação de que os trabalhadores estão firmemente decididos a defender os seus interesses e direitos e a combater e derrotar a política anti operária, antipopular e antinacional do Governo «AD».

Será uma poderosa resposta à operação terrorista da «AD» no 1.º de Maio no Porto, em que dois jovens trabalhadores foram assassinados.

Será uma nova expressão da força, da organização, da disciplina, da firmeza, do civismo e da unidade dos trabalhadores em torno da CGTP-IN.

Será um novo passo na luta que acabará por conduzir à derrota final da reacção e à vitória definitiva do Portugal de Abril.

Portugal de Abril, Portugal da liberdade, Portugal democrático voltado para um futuro de progresso social, Portugal respeitador das opiniões e das crenças, Portugal tolerante, Portugal de paz, Portugal dos trabalhadores e de todas as classes e camadas laboriosas, está firmemente determinado a lutar contra aqueles que querem destruí-lo, a lutar até alitar para a rua o Governo «AD» e alcançar uma solução democrática para todos os problemas nacionais.

A «AD» está cada vez mais fraca, mais dividida, mais desautorizada, mais isolada.

Com dois sopros legais (demissão do governo e convocação de eleições antecipadas para a Assembleia da República) a «AD» iria abaixo, para nunca mais se recompor.

Avante para a greve geral do dia 11!

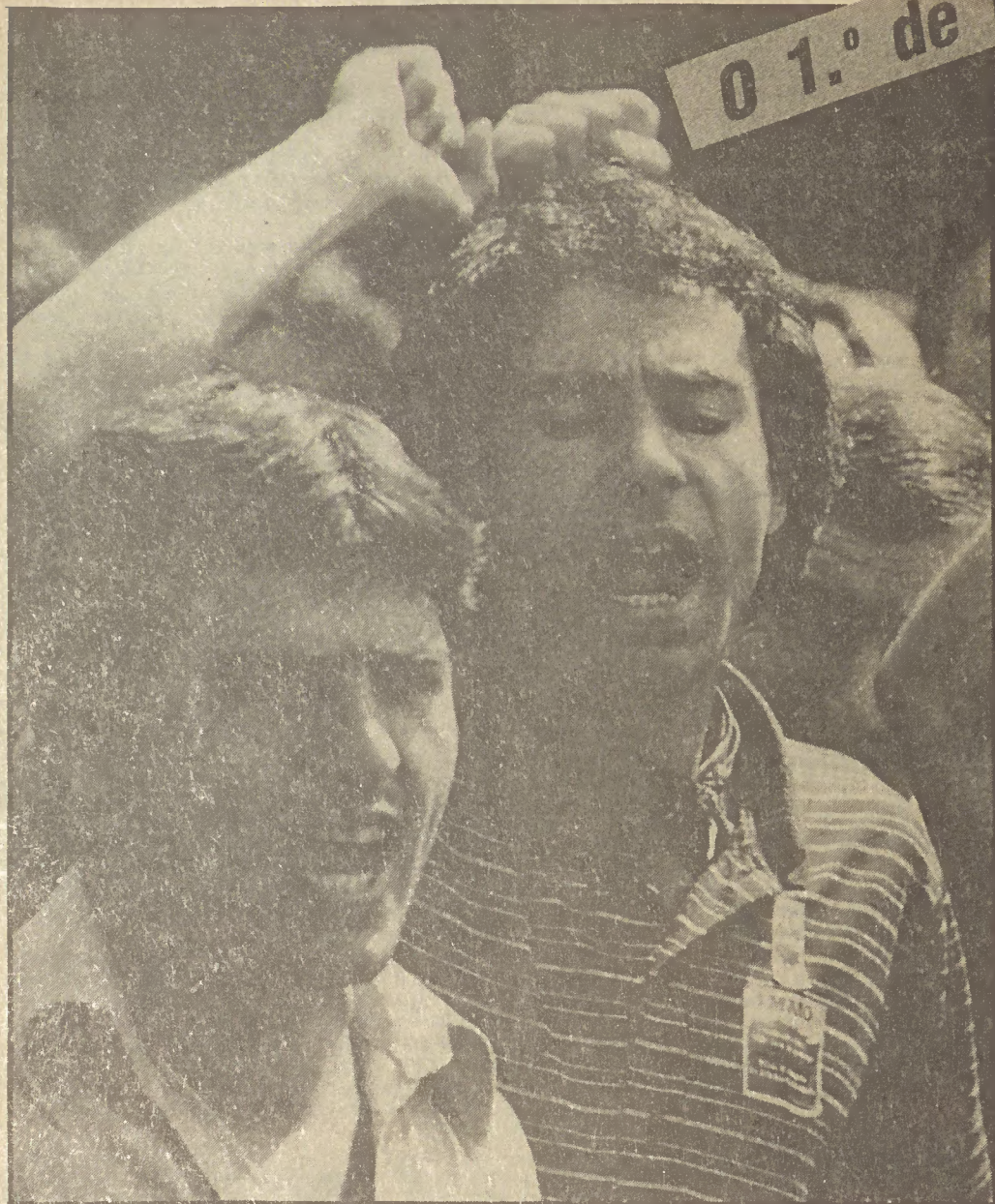
A luta continua, a «AD» para a rua!

Viva a unidade de todos os trabalhadores e de todos os democratas!

Viva o Partido Comunista Português!



O 1.º de Maio



1.º de Maio: a resposta dos trabalhadores

As comemorações do 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, tiveram este ano uma força nunca igualada, uma determinação que há muito não era sentida.

Face à repressão criminosa verificada na noite anterior, na cidade do Porto — fazendo recordar o que no tempo do fascismo se passava —, os trabalhadores responderam com a sua presença massiva, tanto nesta cidade nortenha, como em Lisboa ou noutras regiões do país.

E fizeram-no demonstrando que a sua força não é a violência. Metalúrgicos que trabalham o aço, mineiros que esventram a terra, pedreiros que edificam novos prédios, empregados de escritório que asseguram o movimento das empresas, professores que formam novas gerações, médicos e enfermeiros que salvam vidas, empregados do sector de transportes e tantos outros que no dia a dia constroem e reconstróem o país, vieram à rua, qual exército de paz, dizer

bem alto: a nossa violência é o trabalho, as nossas armas são os nossos braços e as ferramentas que nos ajudam.

E nem sempre é fácil a luta deste exército. Muitos são os que tombam pelo caminho na batalha pela construção do futuro: é o pedreiro que cai de um andaime, ou o operário esmagado por uma viga de aço na construção de uma ponte, ou o mineiro que fica soterrado para sempre ou ainda o camponês que não sobrevive ao derrapar do tractor.

Heróis esquecidos de uma batalha de que o capital nunca fala, nem por isso deixam de arriscar a sua vida, no dia a dia, para que o progresso seja uma realidade.

Mas nem só pela batalha do progresso o povo trabalhador dá o seu sacrifício, que a luta é mais ampla. Não se trata só de dominar os materiais de construção e as máquinas — um outro inimigo mais feroz (porque de homens se trata) surge também no campo de batalha dos operários e do povo trabalhador.

Os detentores do capital e os governos que os defendem são os inimigos mais ferozes dos trabalhadores, não hesitando em utilizar toda a violência mais sofisticada (matando, mesmo) para poderem impor a exploração do trabalho alheio. Que eles sabem que o dinheiro, sozinho, nunca produziu

riqueza. Para que ela se crie é necessário a força do trabalho, bem explorada, para que mais rapidamente os bolsos se encham.

Também nessa luta os trabalhadores têm as suas vítimas. O exemplo recente do Porto é um exemplo fresco, o exemplo flagrante de um governo — aliado ao grande capital — que a todo o custo tenta intimidar para melhor explorar.

E depois desta violência, que não foi gratuita, como alguns procuram afirmar, nem desejada pelos trabalhadores, como outros procuram fazer crer, depois desta violência, dizíamos, qual foi a resposta do povo trabalhador português? A serenidade de uma demonstração de força que atingiu todo o país! Uma serenidade que não terá agradado a uma meia dúzia de exaltados, esquecidos de que mais importante do que a força das armas é a força de todo um povo trabalhador que, pacificamente, de mãos vazias, vem para a rua, no dia a seguir a companheiros seus de trabalho terem sido assassinados ou feridos pelas balas, exigir a mudança do Governo e da política que até aí tem sido seguida.

No Porto, onde os efeitos da repressão estavam ainda bem presentes — o sangue das vítimas ainda não desaparecera das pedras da rua e os familiares ainda se debruçavam sobre os feridos ou choravam os mortos —, no Porto a manifestação do 1.º de Maio (deste 1.º de Maio de 1982) é difícil descrevê-la por palavras. Em Lisboa, onde pela primeira vez não participava no cortejo todo o distrito de Setúbal, não seria justo falar do número de participantes

no desfile. Talvez fosse o maior de sempre desde o 1.º de maio de 1974. Que importa! Mas, para além da multidão, o que ressaltava era a determinação de que a luta vai continuar. E vai continuar até os trabalhadores alcançarem a vitória nesta batalha contra a exploração do homem pelo homem para se atirarem com redobradas forças para outras lutas — construir, alfabetizar, melhorar o nível de vida, serem livres. Mas nem só nas duas

grandes cidades do país o 1.º de Maio foi comemorado. O povo veio para a rua em muitas outras localidades. Em Évora, Beja e Portalegre foram aos milhares os que comemoraram esta data, cada vez mais conscientes da luta que travam em defesa da Reforma Agrária que o Governo «AD» agora por outros processos continua a pretender destruir. Em Aveiro, Viseu, Mangualde, Canas de Senhorim, S. João da

Pesqueira, Lamego, Coimbra, Figueira da Foz, Leiria, Guarda, Covilhã, Bragança, Mirandela, Alfândega da Fé, Vila Real, Chaves, Régua, Minas da Borralha, Viana do Castelo, Seia, Loriga, Manteigas, Famalicão da Serra, Vila Cova, Almeida, Gouveia, S. Romão, Alpiarça, Torres Novas, Abrantes, Coruche, Faro, Portimão, Lagos, Vila Real de Santo António, Setúbal, Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Fão, Póvoa de Lanhoso e Fafe, o 1.º de Maio foi comemorado, para não falarmos das pequenas localidades onde não houve concentrações mas a data não foi esquecida.

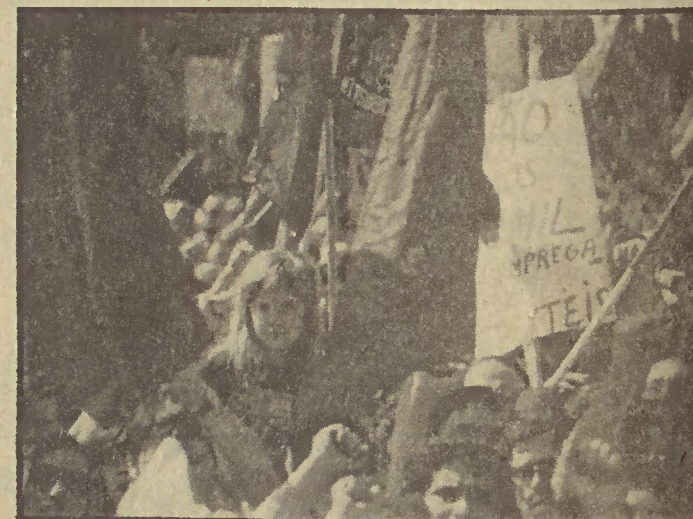
Em quase toda a parte foi prestado um minuto de silêncio pelas vítimas da Polícia de Intervenção no Porto. E estamos certos que não foi um minuto de silêncio simbólico.

Nesses sessenta segundos decorridos muitos terão pensado no significado daqueles crimes, daquela repressão.

O 1.º de Maio de 1982, os trabalhadores não o desejaram assim. Mas os trabalhadores provaram que nem a repressão mais brutal os fará recuar — até à vitória final.



A manifestação do dia 1.º de Maio no Porto, cujas imagens preenchem integralmente esta página, constitui a resposta imediata e inequívoca dos trabalhadores portugueses aos trágicos acontecimentos dessa madrugada: firmeza e determinação na luta, confiança na vitória



Forte adesão sindical

As 255 associações sindicais que até à última sexta-feira pela manhã tinham aderido expressamente à greve geral marcada para hoje durante todo o dia, juntaram-se, ainda antes de terminar o prazo legal de 48 horas para entrega de pré-avisos, mais duas, fixando-se em 257 o total das organizações sindicais, incluindo Sindicatos, Federações e Unões, a poucas horas do termo para a adesão fixado por lei.

Anteontem de manhã havia notícia de que a União dos Sindicatos da Madeira, apoiando a greve geral, decidira convocar uma manifestação de solidariedade na capital daquela Região Autónoma. Entretanto, além do Porto, onde os transportes colectivos confirmaram a paralisação das 2 e 30 do dia 11 até à mesma hora do dia seguinte, também os trabalhadores camarários da Amadora, aderindo à greve, apelavam à população para que não demande os mercados, não use os contentores de lixo e não ponha os filhos nas creches por não estarem garantidos os serviços municipais. Entre os pré-avisos entregues até sábado conta-se o dos Professores da Grande Lisboa e o dos STCP (Serviços de Transportes Colectivos do Porto).

De acordo com os últimos números divulgados até podermos transmiti-los, havia ainda 68 Sindicatos não filiados na CGTP-IN que concretizaram a sua adesão à greve geral de 11 do corrente entregando pré-avisos. 47 desses Sindicatos estão apenas filiados nas Federações e Unões; 23 não têm filiação. As Federações subscritoras

são 18 e as Unões 20. Um grande número de empresas aumenta por seu turno a lista de adesões. As organizações representativas dos seus trabalhadores têm feito chegar aos jornais dezenas e dezenas de informações de apoio, de abaixo-assinados em homenagem à memória das vítimas da violência fascista no Porto, expressando por essas e outras vias o seu acordo com os objectivos que nortearam a aprovação da greve geral em Plenário Nacional da CGTP-IN em 3 do corrente.

Marcada com um prazo muito mais curto do que a mesma forma de luta levada a cabo em 12 de Fevereiro deste ano com reconhecido êxito pelos trabalhadores, a greve geral de hoje, anunciada pela primeira vez durante as comemorações do 1.º de Maio, baseia a sua organização nas estruturas sindicais existentes a nível local e de empresa. Mas o movimento popular e democrático não se alheou dos preparativos da greve e da sua realização.

Informações naturalmente ainda parcelares e dispersas na altura em que escrevemos apontam todavia para grandes acções de massa durante o dia de hoje, designadamente nas zonas de grande concentração operária e forte participação em grandes sectores. Apelos especiais foram feitos aos trabalhadores da Função Pública, Comércio, Bancários, Escritórios, Seguros, em vários pontos do País.

Numerosas associações sindicais continuavam entretanto a manifestar entusiasmo e confiança com base em elementos concretos referentes à organização da greve geral.

Luto

Com relevo para os trabalhadores dos transportes, segundo um comunicado da Federação sindical do sector, houve manifestações de pesar colectivo um pouco por todo o País pela morte dos dois trabalhadores assassinados no Porto pela polícia de choque.

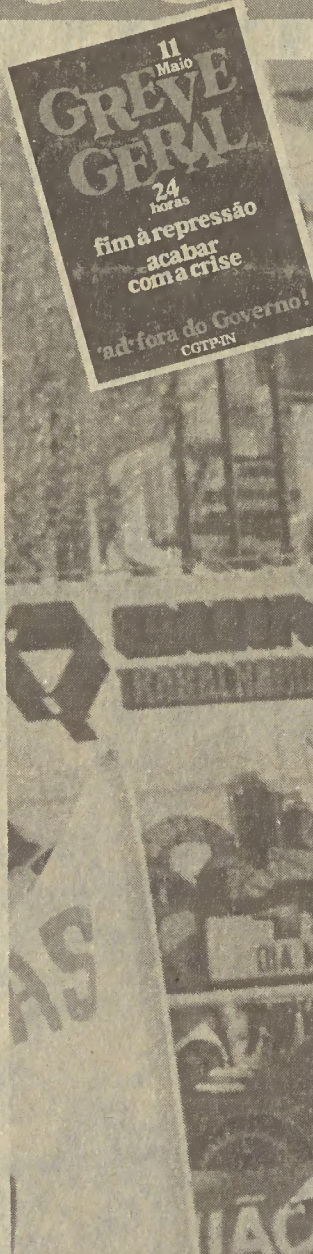
Em telex emitido no dia dos funerais, a FESTRU sublinhava que «os trabalhadores do Metro e da Carris estão a trabalhar ostentando tarjas negras. As 16 e 30 os trabalhadores da Carris guardarão um minuto de silêncio e os do Metro activarão os silvos das composições em movimento».

Os trabalhadores da Autocoope «estão a circular com fitas negras nos carros», acrescentava a Federação sindical referindo outras empresas onde estavam «a ser aprovadas moções de repúdio pelos acontecimentos do Porto, assim como a efectuar-se paralisações simbólicas».

No Porto

Como na generalidade se passou, entretanto, em todas as zonas de implantação operária e também nos concelhos e freguesias de grande aglomeração de trabalhadores, apesar dos poucos dias para a preparação da greve geral, a mobilização foi muito numerosa no Porto, assim como a participação directa no processo de discussão e organização.

São mais de meia centena as organizações sindicais do



distrito, representando mais de 300 mil trabalhadores, que aderiram à greve geral e fizeram o seu pré-aviso. Desses Sindicatos cerca de 20 não são filiados na CGTP-IN. Casos há, como o do Sindicato dos Engenheiros Técnicos, e da Saúde, que não tendo aderido à greve geral de 12 de Fevereiro, entregaram agora o pré-aviso aderindo

expressamente à greve de hoje, de acordo com os objectivos para ela determinados, em tempo oportuno, pelo movimento sindical unitário, no Plenário Nacional do Porto em 3 do corrente. A escassez de tempo não impediu que se realizassem muitas reuniões de delegados sindicais, que prepararam intensamente a

greve geral. Assim sucedeu em sectores como os têxteis, metalúrgicos, vestuário, função pública, construção civil, gráficos, químicos, ferroviários, telefonistas, técnicos de desenho e vidreiros. Em cerca de 200 empresas dos mais variados sectores realizaram-se plenários de trabalhadores com boa participação.

Por toda a cidade do Porto, cartazes, comunicados, carros de som, animaram e esclarecem a população sobre os objectivos da greve geral. Mais de meio milhar de intelectuais (arquitectos e outros artistas, economistas, engenheiros e engenheiros técnicos jornalistas, juristas, professores, médicos, quadros técnicos)

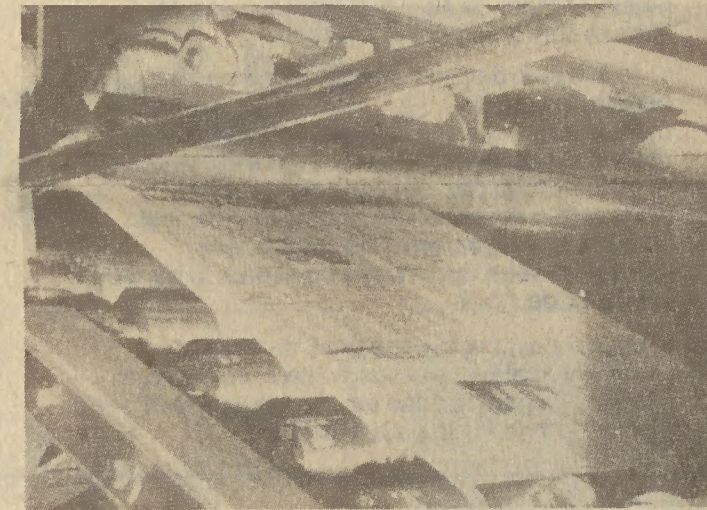
paramédicos, enfermeiros e outros trabalhadores da saúde do Porto subscreveram um documento no qual manifestam o seu «apoio e adesão à greve geral de 11 de Maio, solidários que somos com os trabalhadores portugueses na legítima exigência de mudança democrática de política e de governo» no nosso país.

Solidariedade na Comunicação social Jornalistas param 1 hora

Em assembleia geral do respectivo Sindicato, reunida em Lisboa na última sexta-feira, os jornalistas decidiram parar hoje 1 hora em solidariedade com a greve geral e a luta dos trabalhadores.

A proposta votada foi apresentada pela direcção do Sindicato que decidiu fazer-se representar nos funerais das vítimas da polícia de choque. Nos termos da proposta previamente divulgada, foi decidido recolher, através dos delegados sindicais, «um dia de salário voluntário, equivalente ao que os jornalistas perderiam se a greve fosse efectiva». A «direcção do Sindicato fará

chegar aos familiares dos jovens mortos na noite de 30 de Abril» o produto dessa prova de solidariedade. Embora mantenha «a sua independência em relação à CGTP-IN», o SJ apoia os «objectivos da greve geral decidida no plenário de sindicatos no Porto». Uma das alíneas da mesma proposta refere que a presença dos jornalistas nas redacções no dia de hoje visa nomeadamente impedir «intromissões ilegítimas do Governo no conteúdo da informação e assegurar a objectividade e o pluralismo informativos, com apoio do funcionamento dos conselhos de redacção», durante a greve geral.



Transporte de peregrinos

No seguimento da posição muito clara tomada pelo Plenário Nacional da CGTP-IN na sua reunião de 3 do corrente no Porto quanto à anunciada visita a Portugal do Sumo Pontífice, «interpretando o sentido de milhares de trabalhadores católicos», a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rodoviários e Urbanos «garante a todos os peregrinos o seu transporte no dia da greve geral».

A FESTRU «deu instruções aos sindicatos no sentido de os piquetes de greve não actuarem nos autocarros de aluguer para não afectar a deslocação dos milhares de peregrinos que de todo o País se deslocam para Fátima e outros locais já no dia 11 de Maio», sublinha a Federação.

Na circunstância, segundo comunicado de 4 do corrente, a FESTRU assinala que a visita de Sua Santidade a Portugal «é motivo de congratulação e respeito de todos os portugueses» e, acrescenta, «não está nos princípios e na prática do movimento sindical unitário, onde nos inserimos, ferir, ao de leve que seja, os sentimentos religiosos, éticos ou afectivos do Povo português».

No mesmo sentido se tinham manifestado entretanto outras associações sindicais que, embora aderindo à greve geral de 11 do corrente, assegurarão todos os serviços indispensáveis à normalidade da visita do Sumo Pontífice a Portugal.

Audiência da Igreja

O Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, recebe entretanto uma delegação da CGTP-Intersindical Nacional que, através de elementos da sua comissão executiva, o pós ao corrente, em audiência de uma hora, dos «objectivos da greve geral de 11 de Maio».

Kalidás Barreto, Joaquim Calhau, Armando Teixeira da Silva e Manuel Lopes, de acordo com um telex da Central transmitiram ao prelado as «medidas que foram tomadas pelo movimento sindical para garantir» que o exercício da greve «não afectasse a visita de Sua Santidade».

Veja-se o caso RN!

Aquilo que a direita costuma designar por «surto grevista» ou «novo surto grevista», conforme o tempo decorrido entre conflitos e lutas que quanto ao seu sentido, praticamente não têm interrupção desde que a «AD» é governo e política neste país, volta a verificar-se em empresas e sectores como a função pública, os transportes, designadamente a TAP, a Siderurgia, a Companhia das Lezírias, o arrasto costeiro, a Cometrna, a Companhia Nacional da Borracha, o Fundo de Fomento de Habitação, calçado e malas, a Petroquímica. O «surto grevista» com forte adesão e que nada tem de fatal nem de cíclico, como parece querer a direita dar a entender escondendo a política de confrontação contra os direitos dos trabalhadores em geral que tem caracterizado fortemente os governos «AD», continua assim a assinalar estes dias de luta que têm acompanhado a mobilização para a greve geral.

Veja-se o caso da Rodoviária. O secretário de Estado dos Transportes Interiores, Abílio Rodrigues, recebeu em 29 do corrente a Federação sindical do sector. Depois de um dia de greve, terminado poucas horas antes, aquele membro do Governo limitou-se a confirmar as orientações governamentais relativas à aplicação do tecto salarial.

O secretário de Estado tem obrigação de saber que essa aplicação já se revelou impossível, tanto na RN como em outras empresas, desse e doutros sectores.

Mas, embora admitindo que as propostas dos trabalhadores são razoáveis, «quer quanto à actualização das tabelas salariais, quer quanto à metodologia negociada», acrescenta a Federação, o mesmo secretário de Estado nada adiantou de concreto para a resolução dos problemas.

Pelo contrário. «Relativamente à RN e num momento menos feliz — observa a Federação (FESTRU) em telex da última sexta-feira — o secretário (SETI) face ao âmbito nacional do AE (acordo de empresa) precisou que um determinado aumento, justo para os trabalhadores da cidade, seria exagerado para os trabalhadores da província, e que tal facto, inexistente no caso da Carris e do Metro, constituía um

ôbice para as negociações. Aliás para se atingirem os valores da Carris e do Metro», bem como das congéneres privadas, «os trabalhadores teriam de fazer ainda muitas greves».

Quanto aos transportes colectivos do Porto (STCP) reconheceu aquele membro do Governo «a necessidade e as promessas feitas no sentido de uma equiparação contratual à Carris», mas que tal só seria alcançada «a poder de muita luta por parte dos trabalhadores».

A Federação considera «desconcertantes as posições veiculadas pela SETI». Para a FESTRU elas são «provas bastante da incompetência e incapacidade deste Governo».

E são até mais do que isso: «Não porque o secretário de Estado tenha advogado a greve como única maneira de os trabalhadores conseguirem os seus objectivos — leia-se como única maneira de dobrar os que no Governo se têm por «duros» — mas porque às manobras dos conselhos de gerência se junta a incapacidade do Governo» para negociar seja o que for.

E por isso que, um dia depois de uma greve, num sector tão sensível como são os transportes (e talvez na mira de vir a tirar ainda alguns lucros políticos da manipulação de dados em órgãos di-

tos de informação, como tem feito até agora) um membro do Governo «AD» se dá ao luxo de actuar em prejuízo de milhares de utentes da Rodoviária, esperando assim virar trabalhadores contra trabalhadores, conduzindo a indignação dos passageiros para um alvo errado: os trabalhadores em luta na Rodoviária Nacional.

E é provavelmente porque não lhes resta outra via que a FESTRU reafirma que «a luta vai continuar e para isso conta já com a solidariedade dos outros trabalhadores do sector de transportes e com a compreensão dos utentes» da Rodoviária Nacional.

FFH e outras lutas

Além dos conflitos relacionados com o aumento da repressão em empresas, despedimentos ilegais, transferências, suspensões e outras medidas repressivas no seguimento ainda das retaliações pela greve geral de Fevereiro, prosseguem várias acções localizadas, incluindo a greve, pelo cumprimento da contratação colectiva, caso da Siderurgia Nacional, contra a extinção de um organismo oficial como o Fundo de Fomento de Habitação.

Neste último caso, são cerca de mil trabalhadores ameaçados de ir parar ao quadro de excedentes, segundo o pacote «AD». A movimentação, para além da greve, alarga-se à intervenção junto dos órgãos de soberania, nomeadamente do Presidente da República, no sentido de evitar que seja promulgado o diploma do Governo que extingue o Fundo de Fomento de Habitação, eliminando assim «a intervenção da administração central na promoção da habitação social, o que num País tão fortemente carecido é inadmissível e inaceitável», lê-se numa moção aprovada no FFH durante uma reunião geral de trabalhadores em 28 de Abril.

Televisão DESCARADAMENTE!

Está ainda na memória de todos os trabalhadores a maneira como a RTP tratou a greve geral de 12 de Fevereiro. Foi um escândalo.

Valeu tudo. Desde a desvergonha da informação incorrecta e de má-fé, até à omissão pura e simples dos factos, passando pela rasteira, pelo rastejar na insinuação, pela calúnia. Sem falar na inventona com molho à espanhola do Ângelo Correia que, assim, passou à história do anedotário nacional. O ministro-sinistro montou o cavalo do ridículo, o cavalo tomou o freio nos dentes cariadados e o cavaleiro estatalou-se nas pedras do caminho calçadeto de pregos, taxas e óleo de ricino.

Mas também se sabe como a infâmia electrónica não impediu a realização de uma das mais impressionantes manifestações de luta na História da classe operária e do Povo português. Sabe-se como toda a porcaria amontoada pela RTP não conseguiu travar a marcha de um povo que lutava pelos seus interesses e pelo seu direito ao pão, ao trabalho, à dignidade.

Face ao movimento de massas que estamos vivendo, influente histórico de grande significado, a RTP renova os seus métodos e os seus vícios. Assim, desde que ficou decidido, pelas estruturas sindicais, o dia da greve, a televisão tudo tem feito para a desmobilizar e para a falsificar.

Isto aconteceu, digamos desde o primeiro minuto. Com uma reportagem presente no plenário do Porto, qualquer profissional competente sabe que o ponto mais alto e mais importante consistiu na

declaração da greve. Pois bem: a gravação desse momento foi escamoteada e o telejornal optou pela transmissão de aspectos marginais. Porque? Porque para a televisão do «gauleiter» do Lumiar, essa figura sinistra que é Proença de Carvalho, para esta televisão apodrecida, não interessa informar, interessa manipular; não interessa educar, interessa enganar; não interessa olhar a realidade, interessa-lhe cultivar a mentira.

Atente-se neste pormenor: a propósito da declaração de greve, a RTP não ouviu, nem sequer de passagem, um representante dos trabalhadores, claro que o devia fazer. O Povo português tem o direito de saber o porquê das coisas. Razões muito poderosas devem estar na base de uma decisão tão grave como a declaração de uma greve geral. Quais?

Os trabalhadores sabem-nas. Conhecem-nas na sua alma e na sua carne, ambas gravemente ofendidas por um governo desumano, batoteiro e criminoso. Mas há uma grande faixa da população que necessita de informações correctas e, no maior número dos casos, essas informações só lhes chegam via Telejornal. Se este cala, fica preparado o terreno para a desorientação ou, pelo menos, para uma certa perplexidade.

Continuemos. A RTP não entrevistou o representante dos trabalhadores mas, logo a seguir, entrevistou um amarelo que, sobre os crimes da AD no Porto deitou água-benta e sobre a greve geral deitou veneno. Deste modo, a UGT ficou desmascarada. Nem sequer tem direito a dúvida: ficou amplamente demonstrada a

sua sujeição às forças que oprimem o nosso povo. Forças que nos não dão a esperança, mas a raiva; não nos permitem o futuro, mas o retrocesso; não nos oferecem a alegria, mas o luto.

A partir daí, tudo tem valido na televisão para combater a greve geral. A campanha, com a participação oficial (e até a do Primeiro-Ministro «robot») prossegue diariamente. A UGT dá à campanha do Governo uma preciosa mãozinha. Perdido todo o sentido do decoro, o Couto vai até onde o próprio Governo não ousou ir ao acusar de «fascista» (!!!) o comportamento da CGTP.

Trabalhador português que, hoje, te encontras no posto de combate pela democracia, em defesa do teu pão e do teu futuro: tu decerto não esperas da RTP/Proença, agora, um comportamento diferente do assumido em 12 de Fevereiro. Tu não vais aparecer no Telejornal. Tu vais ser caluniado ou esquecido. Ignoram-te porque têm medo de ti. Dirão que a greve foi um fracasso, que não chegou aos 12 por cento, que as greves não resolvem nada, etc. etc. A verdade, a verdade nua e crua, é que os desesperados, os danados, são eles. A porta deles dá para a morgue, a nossa dá para o futuro.

A televisão, amigos, pode muito, mas não pode tudo. Pode esconder a realidade, mas não pode fazê-la desaparecer. O fascismo dominava a Imprensa, a Rádio, a Televisão. E caiu. Caiu porque o próprio do que está podre, é cair. E isso aconteceu mais rapidamente quando o povo mete os ombros à tarefa. Como hoje.



Nos crimes do Porto «houve premeditação» — garante o Plenário Nacional

Como oportunamente foi divulgado, o Plenário Nacional da CGTP-IN confirmou a realização da Greve Geral e fixou-a para 11 do corrente. Reunido de emergência aquele órgão dirigente da Central entre os Congressos fez o balanço das comemorações do 1.º de Maio por todo o País, analisou os acontecimentos, designadamente a violência fascista no Porto, e deu em traços gerais uma análise da situação económica e social. Com a presença altamente representativa de 180 organizações sindicais, incluindo sindicatos, uniões e federações, o Plenário Nacional considera numa resolução aprovada por mais de 500 dirigentes sindicais e 600 activistas que, relativamente ao Porto, na noite de 30 de Abril e na madrugada do 1.º de Maio "houve premeditação em provocar os crimes atentados".

Tem de "ser explicado ao Povo português — acrescenta a resolução do Plenário Nacional — por que motivo o ministro Ângelo Correia se recusou a receber em devido tempo os representantes da CGTP-IN". E é necessário esclarecer também "as afirmações da própria polícia de intervenção que já anunciara anteriormente que «ia haver mortos», conforme foi divulgado pela ANOP".

Governo não pode ser juiz e réu

Depois de exigir como medida "imperiosa e urgente" a dissolução da polícia de choque, a resolução aprovada pelo Plenário Nacional da CGTP-IN reclama "medidas energéticas" contra a "criminosidade actuando" daquele corpo policial. Como principais responsáveis pela violência

criminosidade da polícia são apontados pelo Plenário "o ministro Ângelo Correia e o governador civil do Porto, Rocha Pinto, da AD". Contra essas individualidades o Plenário Nacional decidiu "apresentar acções judiciais". E embora reclamem "o próprio apuramento dos factos", os representantes sindicais nacionais, reunidos no Porto em 4 do corrente, sublinharam que "este Governo não pode ser juiz em causa de que é réu". Os trágicos acontecimentos fomentados e praticados pelo Governo da AD vieram demonstrar o seu ódio ao Povo português — sublinha o Plenário. A manutenção deste Governo no poder só servirá para intensificar a escalada fascista e pôr em perigo a libertação no nosso País. Depois de salientar que "os trabalhadores e o Povo português têm vindo a viver um período rico de lutas,

como desde 1975 não acontecia, para defesa dos seus interesses e direitos, para salvaguarda da democracia, face aos ataques do Governo AD", a resolução aprovada no final do Plenário recorda a situação antes e depois da greve geral de 12 de Fevereiro.

"Antes da greve geral, e no que respeita aos interesses e direitos imediatos dos trabalhadores, estávamos perante a ameaça de imposição do tecto salarial, a ameaça da liberalização dos despedimentos, a ameaça da aprovação de um pacote laboral que visava restringir ou anular direitos tão fundamentais como o direito à greve, férias, feriados e faltas, direitos sindicais, etc., etc., etc."

"Hoje, depois da greve geral, verificamos que o tecto salarial foi ao ar e que, em consequência, desbloquearam-se importantes processos de contratação colectiva (como, por exemplo, o do sector dos transportes), constatamos que a proposta de lei dos despedimentos foi metida na gaveta, que o pacote laboral nem dela chegou a sair.

"Valeu e vale a pena lutar"

"Antes da greve geral víamos o patronato satisfeito com a acção do seu governo, que tanto elogiava, e assistimos à descarada demagogia dos divisionistas da UGT que, como vulgares fanfarrões, apregoavam uma representatividade e influência que nunca tiveram. "Hoje, depois da greve geral, verificamos que as organizações do patronato já não escondem as críticas e censuras à acção do

governo, enquanto que os divisionistas da UGT estão claramente desmascarados, reduzidos à sua expressão mais simples e verdadeira de grupelho provocador ao serviço do patronato e do Governo da AD.

"Antes da greve geral, no plano político, assistimos à arrogância do Governo alardeando uma falsa coesão, orientado para a revisão antecipada da Constituição, enquanto constávamos com apreensão a posição passiva de forças democráticas não criticando com a devida firmeza e clareza o Governo.

"Hoje, depois da greve geral, assistimos ao espectáculo degradante de um Governo destruído, chefiado por um Primeiro-Ministro desprestigiado pelos seus próprios apaniguados".

Podemos concluir que valeu e vale a pena lutar, reafirma mais adiante a resolução. "Mas enquanto este Governo estiver no poder podemos ter a certeza de que parte dos resultados alcançados com a nossa luta são apenas temporários", adverte o Plenário Nacional.

Objectivos da greve

Os objectivos da greve geral são claros, precisos, legais. O Plenário Nacional distribuiu-os por 5 alíneas com a seguinte redacção:

- Pelas liberdades democráticas contra a escalada fascista;
- Pela imediata demissão do Governo AD;
- Pela dissolução da polícia de intervenção;
- Pela defesa das conquistas de Abril;
- Contra o aumento do custo de vida, pela entrada em vigor, em 1 de Junho, das reivindicações aprovadas no plenário da CGTP-IN de 17 de Abril.

Num manifesto publicado em 6 do corrente a CGTP-IN apelava, através do seu secretariado nacional, à participação em massa na greve geral confirmada no Porto para o dia 11.

Ao referir-se à revisão constitucional, este último documento faz notar a dada altura que «não é a Constituição que impede o combate à crise». Considerando «preocupante a satisfação da direita manifestada após a reunião com a direcção do PS», o manifesto datado de 4 de Maio reafirma que «não é uma revisão apressada e de cedências à AD no sentido de lhe facilitar os projectos de liquidação das conquistas de Abril que irá resolver os problemas do País e do Povo. Pelo contrário — acrescenta o documento do secretariado da Inter — a vida já demonstrou que os problemas só se agravam. Os trabalhadores não só estão empenhados na defesa dessas conquistas, como as consideram questões fundamentais que condicionam o seu empenhamento na resolução da crise económica e financeira do País».



GREVE GERAL

LOCAIS DE CONCENTRAÇÃO • Dia 11

Todos estes locais estão devidamente avisados às autoridades competentes, nos termos da Lei, como locais de concentração popular e de actividade sindical, durante a GREVE GERAL de 11 de Maio.

Já esgotado o prazo legal, não foram levantadas quaisquer objecções pelas autoridades competentes. Nestes locais de concentração serão prestadas informações durante todo o dia.

MANTÉM-TE INFORMADO CONCENTRA-TE NOS LOCAIS INDICADOS

CIDADE DE LISBOA

(das 0 às 24 h.)

Largo da Boa — Hora • Praça D. Manuel I • Praça D. Luís I • Largo Vitorino Damásio • Largo de Sapadores • Rossio (das 0 às 11/5 às 2 h de 12/5) • Largo Caminhos de Ferro (Santa Apolónia) • Largo do Calvário (Alcântara) • Rua Marquês da Fronteira (Alto de Campolide) • Largo do Rato • Praça do Areeiro (junto à Caixa da Indústria) • Rua Dr. José Espírito Santo (zona I de Chelas) • Praça David Leandro da Silva (Pogo Bispo) • Largo de Alcântara • Praça do Chile • Rocha de Conde D'Óbidos (junto à Lisnave) • Rua 1.º de Maio (Santo Amaro — junto à Carris) • Praça General Humberto Delgado (Sete Rios) • Av. Infante D. Henrique (Praça de Moscaide — Datsun) •

Calçada da Ajuda (junto ao n.º 226) • Largo do Olival (Beato) • Av. Infante D. Henrique (junto à Av. de Pédula) • Cabo Ruivo (junto ao Batista Russo) • Largo das Praças (Bairro da Boavista) • Av. do Brasil (junto ao LNEC) • Av. Grão Vasco (junto à Estrada de Benfica).

CONCELHO DA AMADORA

(das 7 h. às 21 h.)

Amadora — Jardim (frente à Estação) • Brandos — Frente aos Bombeiros • Damaia — Largo da Estação • Venda Nova — Junto à Sorefame • Buraca — Largo 5 de Outubro (junto à Junta de Freguesia)

CONCELHO DE VILA FRANCA

(depois das 14.30 h.) • Vila Franca — Largo da Esta-

ROSSIO

- Animação cultural e informações permanentes
- Depoimentos de dirigentes sindicais de vários sectores
- As 14 horas — intervenção de Florival Lança — coordenador da USL
- As 18.00 horas — intervenção de Armando Teixeira da Silva — coordenador do Secretariado Nacional da CGTP-IN

ção • Alhandra — Praça 7 de Março • Alverca — Junto ao Mercado • Póvoa de Santa Iria — Largo da Estação • Sobralinho — (depois das 10.30 h) — Largo da Cruz.

CONCELHO DA AZAMBUJA

Azambuja — Largo da Câmara

CONCELHO DE SINTRA

(das 0 às 24 h.)

Algueirão/Mem Martins — Praça 25 de Abril • Mercês — Largo Principal (junto ao Mercado e passagem de nível) • Cacém — Largo junto à Junta de Freguesia de Agualva — Cacém (cruzamento entre a Rua Elias Garcia e Rua dr. José de Almeida).

CONCELHO DE OIRAS

(das 0 às 24 h.)

Oeiras — Junto ao Mercado • Tercena — Av. Santo António • Queijas — Junto ao Mercado de Levante • Carnaxide — Lar-

go de Carnaxide (junto à Igreja) • Linda-a-Velha — Largo de Linda-a-Velha (Princípio da Rua 25 de Abril) • Algés — Praça D. Manuel I • Paço de Arcos — Largo Marquês de Pombal.

CONCELHO DE CASCAIS

(das 0 às 24 h.)

S. João do Estoril — Praça da Quinta da Carreira • Carcavelos — Largo do Jardim • Alcábaldeche — Largo 5 de Outubro • Parede — junto ao Café Ribeiro • Cascais — Largo da Estação da CP • S. Domingos de Rana — Largo da Igreja • Trajouce — Largo do Chafariz.

CONCELHO DE TORRES VEDRAS

Av. 5 de Outubro — Junto à RN (das 9 h. às 20 h.)

No manifesto de 6 do corrente a Intersindical assinala:

AUMENTA A REPRESSÃO PATRONAL NAS EMPRESAS. DIRIGENTES, DELEGADOS E ACTIVISTAS SINDICAIS, MEMBROS DE CT'S E TRABALHADORES SÃO REPRIMIDOS E PERSEGUIDOS.

É IMPEDIDO O LIVRE EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE SINDICAL E A REALIZAÇÃO DE PLENÁRIOS NOS LOCAIS DE TRABALHO.

AUMENTA O DESEMPREGO, OS DESPEDIMENTOS, OS CONTRATOS A PRAZO E OS PROCESSOS DISCIPLINARES.

ASSISTE-SE A UMA DESCARADA MANIPULAÇÃO, CONTROLO E ACTUAÇÃO CENSÓRIA NA COMUNICAÇÃO SOCIAL, POR PARTE DA "AD" OU DOS SEUS FIEIS REPRESENTANTES. SÃO AS VIOLAÇÕES AO DIREITO A GREVE, COMO VEM ACONTECENDO NAS GREVES SECTORIAIS E NA GREVE GERAL DE 12-2-82.

FOI A TENTATIVA DE IMPEDIR A ENTRADA DA MARCHA CONTRA O DESEMPREGO EM LISBOA.

AGORA, NO 1.º DE MAIO NO PORTO, GOVERNO E GOVERNADOR CIVIL NÃO RESPEITAM A LEI, E À BOA MANEIRA FASCISTA, MANDAM A POLÍCIA DE INTERVENÇÃO DISPARAR CONTRA TRABALHADORES, CAUSANDO 3 MORTOS, 10 BALEADOS E MAIS DE 100 FERIDOS.

INCAPAZ DE RESOLVER OS GRAVES PROBLEMAS NACIONAIS, INCAPAZ DE COMBATER A RAÇÃO DOS TRABALHADORES, O GOVERNO INTENSIFICA A SUA ESCALADA DE REPRESSÃO E ILEGALIDADES, PARA TENTAR INTIMIDAR-LOS